

# ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

### SEÇÃO II

ANO I — N.º 32 — 706

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 10 DE MARÇO DE 1956

## CONGRESSO NACIONAL

### Presidência

Instalação da 1.ª sessão legislativa ordinária da 3.ª legislatura

Comunicação aos Senhores Congressistas que a sessão conjunta, solene, de instalação dos trabalhos do Congresso Nacional na 1.ª sessão legisla-

tiva ordinária da 3.ª legislatura realizar-se-á às 14,30 horas do dia 15 do corrente mês, no edifício da Câmara dos Deputados.

Congresso Nacional, 9 de março de 1956

NEREU RAMOS

Vice-Presidente do Senado,  
no exercício de Presidência

## SENADO FEDERAL

### Relação das Comissões

#### Comissões Permanentes

##### Diretora

- 1 — Nereu Ramos — Presidente.
  - 2 — Gomes de Oliveira — 1.º Secretário
  - 3 — Freitas Cavalcanti — 2.º Secretário
  - 4 — Carlos Lindenberg — 3.º Secretário
  - 5 — Ezequias da Rocha — 4.º Secretário
  - 6 — Maynard Gomes — 1.º Suplente
  - 7 — Frisco dos Santos — 2.º Suplente
- Secretário — Luiz Nabuco, Diretor Geral da Secretaria.

##### Constituição e Justiça

- 1 — Cunha Mello — Presidente
  - 2 — Argemiro Figueiredo — Vice-Presidente
  - 3 — Armando Câmara
  - 4 — Attilio Vivacqua
  - 5 — Benedito Valadarez
  - 6 — Daniel Krieger
  - 7 — Gilberto Marinho
  - 8 — Jarbas Maranhão
  - 9 — Kerginaldo Cavalcanti
  - 10 — Lourival Fontes
  - 11 — Ruy Palmeira
- Secretário: João Alfredo Rivasco de Andrade.  
Reuniões — Terças-feiras, às 10 horas.

##### Economia

- 1 — Fernandes Fávora — Presidente
- 2 — Juracy Magalhães — Vice-Presidente

3 — Júlio Leite

4 — Sá Tinoco

5 — Lima Teixeira

6 — Tarciso Miranda

7 — Alô Guimarães

Secretário — Aroldo Moreira

##### Educação e Cultura

Presidente — Senador Lourival Fontes.  
Vice-Presidente — Senador Jarbas Maranhão.

— Senador Sylvio Curvo.

— Senador Apolônio Sales.

— Senador Bernardes Filho.

Reuniões: Terças-feiras às 16 horas.

Secretário: Marília Pinto Amando.

##### Serviço Público Civil

Presidente: Frisco dos Santos.  
Vice-Presidente: Kerginaldo Cavalcanti.

Vivaldo Lima

Ary Viana

Armando Câmara

Secretário: Julieta Ribeiro dos Santos.

Reuniões às quintas-feiras às 15 horas.

##### REDAÇÃO

- 1 — Júlio Leite — Presidente.
  - 2 — Sebastião Archer — Vice-Presidente.
  - 3 — Alô Guimarães.
  - 4 — João Villasboas.
  - 5 — Saulo Ramos.
- Secretária — Cecília de Rezende Martins.  
Reuniões — As terças-feiras às 15 horas.

##### SAÚDE PÚBLICA

1 — Sylvio Curvo — Presidente.

2 — Vivaldo Lima — Vice-Presidente.

3 — Guilherme Malaquias.

4 — Leonidas Melo.

5 — Pedro Ludovico.

Secretária — Cecília de Rezende Martins.

Reuniões — As sextas-feiras às 15 horas.

##### Transportes, Comunicações e Obras Públicas

Novais Filho — Presidente

Filinto Muller — Vice-Presidente

Neves da Rocha

Colmra Bueno

Ary Viana

Secretário — Francisco Soares

Arruda

Reuniões — As quintas-feiras às 15 horas.

##### Finanças

Alvaro Adolpho — Presidente

Cezar Vergueiro — Vice-Presidente

Alberto Pasqualini

Vitorino Freire

Parisi Barrozo

Mathias Olympio

Juracy Magalhães

Lino de Matos

Júlio Leite

Dinarte Mariz

Domingos Velasco

Othor Mader

Novaes Filho

Paulo Fernandes

Filinto Muller

Reuniões às quartas-feiras, às 10 horas.

Secretário ad hoc — Renato Chermont

##### Legislação Social

Lima Teixeira — Presidente

Othon Mader — Vice-Presidente.

Guilherme Malaquias.

João Arruda

Lino de Matos

Ruy Carneiro

Sebastião Archer

Secretário "ad-hoc" — Pedro de

Carvalho Müller.

Reuniões — Quintas-feiras, às 17 horas

##### Redação

1 — Júlio Leite — Presidente

2 — Sebastião Archer — Vice-Presidente

3 — Alô Guimarães

4 — João Villasboas

5 — Saulo Ramos

Secretário — Cecília de Rezende

Martins

##### Relações Exteriores

Georgino Avelino — Presidente.

Bernardes Filho — Vice-Presidente

Gilberto Marinho

Lourival Fontes

Ruy Palmeira

Auro Moura Andrade

Mathias Olympio

Secretário: J. B. Castejon Branco

Reunião — segundas-feiras.

##### Saúde Pública

1 — Sylvio Curvo — Presidente

2 — Vivaldo Lima — Vice-Presidente

3 — Guilherme Malaquias

4 — Leonidas de Melo

5 — Pedro Ludovico

Secretário — Cecília de Rezende

Martins

##### Segurança Nacional

1 — Othon Gomes — Presidente

2 — Calado de Castro — Vice-Presidente

3 — Magalhães Barata

4 — Gilberto Marinho

5 — Abílio Curvo.

Secretário: João Alfredo Rivasco de Andrade.

## Atas das Comissões

## Comissão Diretora

## 1.ª REUNIAO REALIZADA EM 8 DE FEVEREIRO DE 1955

(CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3.ª LEGISLATURA)

Sob a presidência do Sr. Nereu Ramos, Presidente, presentes os Senhores Gomes de Oliveira, 1.º Secretário, Freitas Cavalcanti, 2.º Secretário, Ezequias da Rocha, 4.º Secretário, e Prisco dos Santos, 2.º Suplente, reuniu-se a Comissão Diretora.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Carlos Lindenberg, 3.º Secretário, e Maynard Gomes, 1.º Suplente.

Com a palavra o Sr. Gomes de Oliveira, declara que o Diretor da Contabilidade, por intermédio do Senhor Diretor Geral, deseja saber como agir, em face do que dispõe o Decreto Legislativo n.º 68, de 1954, que fixa o subsídio dos Senadores e Deputados.

A Comissão incumbida sua Ex.ª de promover entendimentos com o Presidente da Câmara, a fim de encontrar solução harmoniosa entre as duas Casas do Legislativo, para maior prestígio desse Poder.

Passando-se à segunda parte da consulta da supra citada Diretoria sobre a situação dos funcionários integrantes da carreira de Oficial Legislativo, entende a Comissão só após as promoções será possível o enquadramento nos novos níveis de vencimentos.

Não existindo mais a Comissão de Promoções, pela renúncia dos funcionários que a compunham e o término do mandato do seu Presidente, a Comissão Diretora resolve seja feita imediatamente a eleição dos substitutos dos membros demissionários, nos termos do Regulamento da Secretaria. E para integrá-la, como Presidente na sessão legislativa iniciada a 1.º de fevereiro, é designado o Senhor Gomes de Oliveira, 1.º Secretário.

Sobre os Oficiais Legislativos que passam a Oficiais da Ata, a Comissão resolve, diante dos termos do artigo 49 da Resolução n.º 4-55, mandar apostilar os títulos dos referidos Oficiais, com os vencimentos correspondentes ao Nível 15, extinguindo-se aqueles cargos.

Considerando o caso do Oficial Legislativo e dos Redatores Revisores que passam a Assessor Legislativo, a Comissão entende a esses devem ser expedidos novos títulos.

Examinada a situação dos Redatores de Anais, cargos isolados, que passam a denominar-se Redatores, a Comissão resolve sejam eles pagos na base dos novos níveis, determinando seja apostilado o título de Redator de Anais interino, efetivado pela Resolução?

No tocante ao abono, é adotada a sugestão do Sr. Presidente de ser susinado o seu pagamento até que sobre o assunto se manifeste a Comissão do Serviço Público Civil.

O Sr. 1.º Secretário prossegue a leitura da consulta, já agora em relação aos descontos dos funcionários.

Havendo divergência entre os dispositivos constantes do Estatuto dos Funcionários, o Regulamento da Secretaria e a Resolução n.º 4, a Comissão resolve estudar mais detidamente a questão na próxima reunião.

Passa-se ao pagamento da convocação extraordinária ao Pessoal dos Correios e Telégrafos, que serve no Senado.

O Sr. Presidente entende, porém, deve ser-lhes paga a aludida gratifi-

EXPEDIENTE  
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONALDIRETOR GERAL  
ALBERTO DE ERITO PEREIRACHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES  
MURILO FERREIRA ALVESCHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO  
HELMUT HAMACHER

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

## SEÇÃO II

Impresso nas Oficinas do Departamento de Imprensa Nacional  
AVENIDA RODRIGUES ALVES, 1

## ASSINATURAS

## REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior	
Semestre .....	Cr\$ 50,00
Ano .....	Cr\$ 96,00
Exterior	
Ano .....	Cr\$ 136,00

## FUNCIONÁRIOS

Capital e Interior	
Semestre .....	Cr\$ 39,00
Ano .....	Cr\$ 76,00
Exterior	
Ano .....	Cr\$ 108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

cação, uma vez que assim dispõe a Resolução n.º 6-52, que se acha em vigor. Nesse sentido, pronuncia-se a Comissão.

Tendo em vista o adiantado da hora, o Sr. Presidente encerra os trabalhos, lavrando eu, Luiz Nabuco, Secretário da Comissão e Diretor Geral, a presente ata.

## 2.ª REUNIAO REALIZADA EM 14 DE FEVEREIRO DE 1955

(CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3.ª LEGISLATURA)

Sob a presidência do Sr. Nereu Ramos, Presidente, presentes os Senhores Gomes de Oliveira, 1.º Secretário, Ezequias da Rocha, 4.º Secretário, e Maynard Gomes, 1.º Suplente, reuniu-se a Comissão Diretora.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Freitas Cavalcanti, 2.º Secretário, Carlos Lindenberg, 3.º Secretário, e Prisco dos Santos, 2.º Suplente.

A ata da reunião anterior é lida e aprovada, depois de modificações propostas pelo Sr. Presidente.

O Sr. Gomes de Oliveira comunica haver se desobrigado da missão que lhe fora cometida, informando ter encontrado, na Câmara dos Deputados, o mesmo pensamento, que orientou o Senado na interpretação do Decreto Legislativo n.º 68, de 1954. A vista dessa informação fica assentado o não pagamento de ajuda de custo na presente convocação extraordinária.

Examinado o caso dos vencimentos dos cargos isolados nos novos níveis, a Comissão manda pagar na base da Resolução n.º 4, sem os abonos, os vencimentos dos funcionários ocupan-

tes desses cargos que independam das "instruções" a que se refere o artigo 37 da mesma Resolução.

Em relação aos Oficiais da Ata impressa e dactilografada, fica estabelecido o aproveitamento dos Oficiais Legislativos Ivan Ponte e Souza Palmeira e Mario Marques da Costa, de acordo com a indicação feita pelo Diretor da Ata.

Delibera a Comissão seja efetuado o pagamento de um mês de vencimentos, sem o abono, ao pessoal dos Correios e Telégrafos que serve no Senado, nos termos da Resolução número 6-52, que se acha em vigor.

Determina a Comissão que o Diretor da Contabilidade informe ao Senhor Presidente a importância da verba destinada às gratificações de representação aos funcionários que servem nos gabinetes, a fim de que se estabeleça o "quantum" que caberá aqueles.

Examinando os casos oriundos da Resolução n.º 4-55, decide a Comissão que o Diretor da Contabilidade lhe apresente uma exposição pormenorizada para o devido estudo do Senhor 1.º Secretário.

Tendo a mesma Resolução criado a Diretoria do Pessoal — sem, entretanto, haver sido nomeado seu titular, o que causava sérios embaraços ao serviço — resolve a Comissão, compreendendo a necessidade de providência urgente, autorizar o Diretor Geral a baixar Portaria designando o Diretor da Contabilidade para responder pelo expediente da Diretoria recém criada.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra os trabalhos, lavrando eu, Luiz Nabuco, Secretário da Comissão e Diretor Geral, a presente ata.

## ATA DA 14.ª SESSÃO DA 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA, DA 3.ª LEGISLATURA, EM 9 DE MARÇO DE 1955.

PRESIDÊNCIA DOS SRS. NEREU RAMOS, GOMES DE OLIVEIRA E FREITAS CAVALCANTI

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Mourão\* Vieira — Cunha Melo — Prisco dos Santos — Magalhães Lurata — Arêa Leão — Mathias Olympio — Onofre Gomes — Kerginaldo Cavalcanti — Argemiro de Figueiredo — Apolônio Sales — Ezequias da Rocha — Freitas Cavalcanti — Rui Palmeira — Maynard Gomes — Luvival Fontes — Juracy Magalhães — Lima Teixeira — Carlos Lindenberg — Ari Viana — Sá Tinoco — Caiado de Castro — Gilberto Marinho — Lucio Bittcourt — Cesar Vergueiro — Domingos Velasco — Coimbra Bueno — Silvio Curvo — João Villaboa — Filinto Müller — Olhon Müller — Gomes de Oliveira — Nereu Ramos — Alberto Pasqualini (23).

## O SR. PRESIDENTE:

Acham-se presentes 33 Srs. Senadores. Havendo número legal, está aberta a sessão. Vai-se proceder à leitura da ata.

O Sr. Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que posta em discussão, é sem debate aprovada.

O Sr. Secretário lê o seguinte

## Expediente

Mensagem n.º 91-55, do Sr. Presidente da República, devolvendo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara n.º 48-54, já sancionado.

Ofício do Sr. Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, comunicando que o Sr. Presidente da República resolveu aprovar as matrículas que o Sr. Presidente do Senado indicou para o Curso Superior de Guerra, dos Srs. Senadores Juracy Magalhães e Jerônimo da Cunha Bueno.

## COMPARECEM MAIS OS SRS SENADORES

Vivaldo Lima — Victorino Freire — Fernandes Távora — Georgino Avelino — Dinarte Mariz — Ruy Carneiro — Júlio Leite — Paulo Fernandes — Tarciso Miranda — Guilherme Malaquias — Benedito Valadares — Saulo Ramos — Daniel Krieger (13).

## DEIXAM DE COMPARECER OS SRS. SENADORES

Alvaro Adolpho — Sebastião Arrabasso — João Arruda — Novaischer — Leonidas Melo — Parsifal Filho — Jarbas Maranhão — Neves da Rocha — Atílio Vivacqua — Bernardes Filho — Lino de Matos — Paulo Abreu — Pedro Lucovico — Alô Guimarães — Moisés Lupion — Armando Câmara (16).

## O SR. PRESIDENTE:

Está finda a leitura do expediente. Tem a palavra o nobre Senador Kerginaldo Cavalcanti, primeiro orador inscrito.

## O SR. KERGINALDO CAVALCANTI:

Sr. Presidente, reservava-me para ocupar esta tribuna nos dias deste mês; entretanto, circunstâncias excepcionais no mundo político e administrativo impuseram-se o dever de, quanto antes, comentar fato de maior relevância, que vem repercutindo na opinião pública — a demissão do General Pantaleão Pessoa da função de Presidente da COFAP:

mas para fazê-lo talvez fosse necessário, imprescindível mesmo, dar à esta oração um pouco daquele saineite espiritual, daquela graça e leveza de estilo que caracterizou, sobretudo, o discurso referido, nesta Casa, pelo representante de Sergipe, o nobre Senador Lourival Fontes, que, por alguns momentos, nos deliciou com uma prosa amena e, sobretudo com uma literatura política das mais agradáveis.

Dai por que, Sr. Presidente, seguindo-lhe na trilha, também quero entrar pelo terreno das evocações, terreno esse que tanto propicia aos homens oportunidades felizes, agradáveis, que refrigeram não só o temperamento como proporcionam ao espírito debruçar-se sobre os acontecimentos com aquela lenidade indispensável ao julgamento seguro.

Sr. Presidente, as lendas, os repertórios do passado, que tantos administradores nos trazem, contam-nos que um monarca oriental, Harun Al Rachid, costumava, vez por outra, com seu Grão Vizir Glafar, percorrer as ruas de Baedat, para ouvir o que o povo dizia de seu governo, a fim de ascultar-lhe as reclamações, e assim poder, em tempo hábil, reajustar situações, atender a exigências razoáveis, enfim, contribuir para o bem estar do povo.

Se o Sr. Presidente da República, o eminente Sr. Café Filho, hoje tão apartado do povo, quisesse retornar ao seu seio, esse exemplo oriental de muito lhe serviria certamente. Se S. Ex.<sup>a</sup> desse o braço ao seu Ministro da Fazenda e saíssem disfarçados, pelas ruas desta cidade, nas noites encalimadas, estou certo, Sr. Presidente, de que emendaria a mão a sua orientação no Governo se tornaria bem outra de modo a satisfazer às exigências da opinião pública; e não seria tão difícil assim.

Imaginemos o Sr. Café Filho, nosso eminente Presidente da República, disfarçado como se fora um jovem estorço do Largo da Lava; imaginemos o nosso Ministro da Fazenda como uma espécie de seu primeiro Ministro — porque, esse posto, realmente, no momento, tem significação excepcional como um desses valentunários que, de certo modo, se permitem o desfausto excepcional de lançar os olhos, ainda enfraquecidos, pelas janelas da vida.

Quantas lições não teria aprendido o Sr. Presidente da República; quantas lições não teriam servido para que S. Ex.<sup>a</sup> mais seguramente orientado, melhor conhecedor dos sofrimentos do povo, em boa hora, atendessem aos reclamos da opinião pública e viesse satisfazer, assim aqueles que tanto esperavam de seu governo — o bem geral e a felicidade do povo brasileiro.

Mais fados, porém, têm sido seguidos. S. Ex.<sup>a</sup> que foi sempre o homem do povo, do seio do povo, com ele e por ele vivendo, se afasta e se torna, o moço da nação, a canção popular, um nome diferente; e é dessa diferença que quero lastimar-me.

Minha lástima, Sr. Presidente, não é mais do que a voz de todo este país, a voz inteira do Brasil. A inquietação é geral, até mesmo naqueles que prestam apoio imediato ao Sr. Presidente da República já se nota a gama desafiada de uma inquietação que todo dia aumenta, torna-se gradativamente maior, e vai assim, contribuindo para incertezas, dentro das quais, desgrazadamente nos encontramos.

Um dos mais nocivos fatores, que muito tem contribuído para a desgraça deste País, tem sido a ação do Ministro da Fazenda de S. Ex.<sup>a</sup>, Senhor Eugênio Gudin. Declarei nesta Casa, logo no início do governo do Sr. Café Filho — e quem tiver memória boa recordará — que o Senhor Eugênio Gudin iria ser uma calamidade pública, uma calamidade racional, contribuindo para paralisar nosso desenvolvimento, sem medida das

nossas possibilidades, incapaz de mensurar objetivamente os problemas da realidade brasileira.

Os fatos, infelizmente, desgrazadamente para mim, vêm corroborando aquelas palavras que então pronunciei no proêmio de sua vida funcional, nos prolegômenos de sua existência na Pasta da Fazenda. Quero, assim, dizer a V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, e ao Senado que o que está acontecendo para mim não foi novidade; para mim, o que ocorre, neste instante de tanta apreensão, é apenas a sequência de fatos anteriores, efeito que se prende a uma causa; e esta causa são os erros de início do Sr. Ministro da Fazenda, que tanto contribuem não só para nosso des crédito interno, como também — e sobretudo — para nosso descrédito no exterior.

Sr. Presidente, sou, reconhecida e provavelmente, um homem sentimental. É este, talvez, o meu maior defeito.

Quando o General Pantaleão Pessoa, através de diversas Portarias e de alguns Atos procurou resolver problemas econômicos da maior atualidade, confesso ao Senado que, algumas vezes, senti íntima discordância desse honrado militar.

Entretanto, minha memória fazia-me transpor os anos; a montanha do tempo, eu a galgava, para reverter a épocas passadas quando, em Fortaleza, Ceará, conheci o Capitão Pantaleão Pessoa. Meu pai era, a esse tempo, oficial do Exército, embora Comandante da Polícia do Ceará. E sempre ouvi, do meu genitor, as referências mais lisongeiros à dignidade e — vá lá a palavra — à austeridade desse eminente militar.

O Sr. Domingos Velasco — A palavra austeridade está um pouco desmoralizada.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Foi por isso que fiz essa espécie de parênteses.

Sr. Presidente, quando apliquei a palavra "austeridade", eu a coloquei dentro do espírito da integral justiça e da significação que todos lhe costumamos dar, desde que nos vem o conhecimento do nosso idioma.

Ora, um militar que dentro do meu espírito se firmava numa conceitualização dessa espécie, não poderia compreender que, porventura, estivesse a serviço de outros interesses que não fossem os mais legítimos do País, de acordo com a sua consciência. Dai porque, apesar de ser um combatente, jamais, em tempo algum, fiz aqui qualquer restrição ou referência à pessoa do General Pantaleão Pessoa.

Isto, porém, não quis — e nem poderia — significar uma conformidade com os seus atos, porque sou, confesadamente, partidário de uma atividade progressiva e constante do Poder Público nas atividades econômicas.

Tenho sempre sustentado que ao Estado cabe o papel, aliás preponderante, de intervir no meio econômico, para assegurar o equilíbrio indispensável entre a oferta e a procura, contrabalançando os efeitos perniciosos da ganância.

Mostrei, então, fundado em precedentes históricos da maior valia, seja na História da América Espanhola, seja na do Brasil, que é a América Portuguesa, que o fato era incontrolável, não sendo, como se supõe, novidadeiro, tal qual se apresenta no cenário do País, nesta ocasião. Isto, porém, não significa, nem nunca pode significar, a não ser que a má fé pretenda traduzir as minhas palavras, que eu combato a iniciativa privada, que eu seja inimigo do elan particular; muito ao contrário, penso que certas atividades devem ser estimuladas, até mesmo pelo Poder Público, junto aos nossos homens do comércio e da indústria, mesmo porque eles têm em si conhecimento fundamental das nossas necessidades e um sentido patriótico profundo das mesmas, capazes portanto, de, bem orientados, tra-

zer para a coletividade um bem que só uma palavra francesa exprimiria com fidelidade — soulagement — que se refletiria no bem estar do País.

O Sr. Othon Mader — V. Ex.<sup>a</sup> permite um aparte?

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — V. Ex.<sup>a</sup>, meu grande amigo e contendor, sempre me honra com seus apartes.

O Sr. Othon Mader — Noto nas palavras de V. Ex.<sup>a</sup> certa incoerência.

Ao mesmo tempo que louva e diz que a iniciativa particular deve ser estimulada pelo Estado, afirma que o Estado deve intervir, cada vez mais, na iniciativa privada. Assim, verifica-se que as tendências socialistas predominam no pensamento de V. Ex.<sup>a</sup>, que é, sem dúvida, um grande socialista, ou, pelo menos democrata com tendência a socialista.

O Sr. Domingos Velasco — Permita-me o nobre orador responder ao ilustre Senador Othon Mader.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Com todo o prazer.

O Sr. Domingos Velasco — Como sempre, o ilustre representante do Paraná interfere na defesa da iniciativa privada. Faz, entretanto, confusão. Os socialistas não são partidários da estatização da economia. Pelo contrário. Toda a doutrina socialista briga, luta, contra a estatização da economia. Não queiramos confundir o regime soviético comunista com o que os socialistas pregam, há mais de século. Não pretendemos, em absoluto, a estatização da economia.

O Sr. Othon Mader — Há evidente incoerência.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Sr. Presidente, enquanto o nobre Senador Othon Mader vê, nas minhas palavras, uma incoerência, o eminente Senador Domingos Velasco encontra, nos argumentos de S. Ex.<sup>a</sup>, outra incoerência.

Napoleão já nos advertia que a coisa mais difícil que existe no Estado é conciliar os ideólogos. Dai, o aspecto de que se reveste a discussão, sob certo ângulo, que poderia situá-la dentro de problema, de tema ideológico. A razão, então, seria difícil de se encontrar e não se compaginaria na órbita estreita desta minha oração.

Mas, não há, como supõe o eminente contraditor — ilustre e preclaro Senador Othon Mader...

O Sr. Othon Mader — Obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — ... incoerência nas minhas palavras.

Sr. Presidente, declarei que sou partidário de uma — vamos dizer mesmo — progressiva socialização. Poderia, aliás, ir um pouco mais além do que S. Ex.<sup>a</sup>.

O Sr. Domingos Velasco — No que vai por bom caminho.

O Sr. Othon Mader — Se é progressiva, é socialização que avança sempre.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Será possível que queiramos regressir sempre?

O Sr. Othon Mader — Noto que V. Ex.<sup>a</sup> avança para o socialismo.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — O nobre colega, digo-o francamente, traduziu com perfeição meu pensamento. Confesso que avanço para o socialismo.

O Sr. Othon Mader — Está então definida a posição de V. Ex.<sup>a</sup>

O Sr. Domingos Velasco — O mundo inteiro caminha para o socialismo.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Sinto que é essa a atmosfera geral, o sentimento da humanidade.

Que se entende por socialismo?

Se o nobre Senador Othon Mader me demonstrasse que o socialismo é, justamente, não o avanço do homem ou da civilização, que é processo de retrocesso; que não se compendia dentro das necessidades históricas da humanidade; que não é ciclo de evo-

lução social dentro do qual todos os povos, todas as nações atualmente — mesmo as mais novas, que se nos afiguram capitalistas — confessaria meu erro. Daria a mão a férula e ainda agradeceria ao nobre colega a sua ponderação.

O Sr. Othon Mader — Permite V. Ex.<sup>a</sup> ainda um aparte?

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Sempre tive muito gosto em conceder-lhes.

O Sr. Othon Mader — Não discutamos as vantagens e desvantagens do socialismo, pois o momento não é oportuno.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Justamente para este ponto inovei a atenção do nobre colega.

O Sr. Othon Mader — Neste caso, porém, devo declarar que minha intervenção valeu para definir V. Ex.<sup>a</sup> nessa questão.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Muito obrigado. É definição que muito me honra e agradeço, imensamente, a V. Ex.<sup>a</sup>. Pensei que essa revelação já fosse um retrato velho da minha pessoa e vejo que é retrato do "broto".

O Sr. Othon Mader — Com palavras tão decisivas e tão claras V. Ex.<sup>a</sup> jamais se definiu neste plenário.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Sr. Presidente, quando digo que, sob certos aspectos, é a mesma função do Estado fomentar o estímulo a iniciativa privada, bem se vê que me coloco dentro dos pontos de vista que sempre nos nortearam no Senado Federal e dos quais contrinariamente se fez arauto, através das explicações, as mais exaustivas, o nobre Senador Domingos Velasco. Quando declaramos que não somos contra o capital estrangeiro; quando dizemos que o capital estrangeiro será benemérito, toda vez que vier à nossa Pátria para produzir, com isto não nos confessamos inimigos de quem quer que seja, nem inimigos desse mesmo capital. Pelo contrário, quem tiver olhos para ver, ouvidos para ouvir e inteligência para compreender há de nos dar razão, porque o que queremos é que nos venha capital que não nos descapitalize mas que produza, um capital que justamente seja de fomento; um capital que seja riqueza e não capital de fachada, um capital nominal, um capital de mentira, de exploração, capital que quer fundamentalmente sigamos para a perpetuidade de povos subdesenvolvidos, explorados pela ganância dos trustes.

O Sr. Othon Mader — Estou de pleno acordo com V. Ex.<sup>a</sup>.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Pelo menos desta vez estou abraçado com V. Ex.<sup>a</sup> fraternalmente.

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Com prazer.

O Sr. Fernandes Távora — Se me não engano, V. Ex.<sup>a</sup> deve ter se manifestado, mais de uma vez, nesta Casa, contra a intervenção do capital estrangeiro na pesquisa do petróleo.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — E onde sou irredutível.

O Sr. Fernandes Távora — Por conseguinte, se V. Ex.<sup>a</sup> está sempre desejoso, ou pelo menos aquiesce sempre à intervenção do capital estrangeiro, desde que venha beneficiar o país, não vejo motivo por que se oponha à intromissão do capital estrangeiro para beneficiar o país na exploração do petróleo.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Sr. Presidente, o nobre Senador Fernandes Távora, que, aliás para infelicidade nossa, não se encontrava nesta Casa por ocasião dos debates sobre o projeto da Petrobrás, honra-me com seu aparte, dizendo que me manifestando eu pelo capital estrangeiro, quando este seja realmente produtivo, é singular todavia

que, no que se refere à aplicação das se mesmo capital na nossa vida petrolífera, encontra, de minha parte, oposição sistemática. Parece-me que ou menos esta a ponderação de V. Ex.<sup>a</sup>

O Sr. Fernandes Távora — Poderia V. Ex.<sup>a</sup> dar a razão por que faz essa diferença na aplicação do capital estrangeiro quando se trata do petróleo?

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Onegaria — se V. Ex.<sup>a</sup> não me tivesse honrado com seu aparte — até lá, porque sempre fiz neste recinto, uma distinção: sempre declarei nos meus discursos — e apelo para o nobre Senador Othon Mader, que possui excelente memória — que no que se referia ao petróleo, e somente ao petróleo, eu era e sou de uma intransigência implacável, absoluta, feroz e fanática.

O Sr. Fernandes Távora — V. Ex.<sup>a</sup> pode-me dizer por que toda essa ferocidade?

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Direi a V. Ex.<sup>a</sup> quais as razões, que, aliás, já formulei, apresentei e externei neste recinto por mais de uma vez. A questão petrolífera, nobre Senador, é sobretudo de alta significação política e econômica. Não é possível dissociar, em matéria de petróleo e derivados, o problema econômico do político. O petróleo representa, no terreno político a soberania nacional; no terreno econômico, a independência de nossa gente e sua grandeza futura. O petróleo é reservado nacional que nós não queremos distribuir senão com o povo brasileiro, não daremos a outros povos senão a ação reflexa dessa distribuição, por sentimento de humanidade, que é, justamente, o traço mais característico e inviolável da raça latina.

O Sr. Fernandes Távora — Tragédia para o Brasil será não lhe explorarmos o petróleo conveniente e oportunamente, esta, a nossa, grande tragédia.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Nobre colega, a meu ver, a grande tragédia do Brasil, nós já a estamos vivendo neste instante, e a da incompetência, a da irresponsabilidade, quando se permite que um Ministro da Fazenda conduza o país por um caminho em que as indústrias não se podem desenvolver, não há fomento para a agricultura e existe miséria em todos os lados como consequência da situação política. Há remédio, mas ninguém o quer empregar.

O Sr. Fernandes Távora — Infelizmente, esta situação já vem de longe, de todos os homens que têm governado a nossa Pátria.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Estarei porventura, Senhor Presidente, a defender os que já nos governaram? Estarei, nesta tribuna, a declarar que eles foram verdadeiros bugaris cheirosos de governação? Terrei proclamado para quem quer que seja que os governos que antecederam o atual foram verdadeiras maravilhas? — De "maravilhoso", Sr. Presidente, somente, alcunhado pelas platéias internacionais, o Presidente Café Filho.

O Sr. Othon Mader — V. Ex.<sup>a</sup> permite um aparte?

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — V. Ex.<sup>a</sup> sempre me honra com seus apartes, que ouço com muita simpatia.

O Sr. Othon Mader — Noto, nas palavras de V. Ex.<sup>a</sup> — permita que o diga — outra incoerência. O ilustre colega acha que o petróleo brasileiro deve pertencer somente a nós; entretanto, o Brasil vai explorar o petróleo da Bolívia, que é dos bolivianos. Como explica V. Ex.<sup>a</sup> essa dualidade de orientação?

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — A pergunta não é nova; V. Ex.<sup>a</sup> já a formulou por mais de uma vez nesta Casa.

Meu nobre colega, sou, antes de tudo, nacionalista. Reconheço ao povo boliviano, o direito de, quando quiser, rescindir o contrato com o nosso País, e entendo que o Governo brasileiro não deve criar o menor obstáculo a que os bolivianos se reintegrem totalmente na sua independência econômica. Este o meu ponto de vista. Não quero, para mim, em matéria de doutrina e de pensamento, aquilo que não desejo para os outros.

Sabe o Senado sempre defendi a justiça social; desta tribuna tenho erguido a voz, para que seja o reflexo dos meus sentimentos.

Sou contra a guerra, sou contra a bomba atômica, sou pela paz entre os homens, essa paz pregada por aquele que foi o antecessor de todos os homens generosos e o inspirador das civilizações — o Cristo. Em todas as oportunidades, tenho defendido os interesses do meu país contra os arremessos das nações capitalistas ou imperialistas.

Quando se falou, nesta Casa, em mandar brasileiros para a Coreia, qual foi Sr. Presidente, se não a minha, a primeira voz a enfrentar o nobre Senador Assis Chateaubriand, declarando-lhe que meus filhos não iriam para essa grande maldita, só se fossem obrigados a ponta de baioneta.

Srs. Senadores, nunca, jamais, em tempo algum fugi de defender as minhas convicções, de proclamar o meu pensamento, de glorificar as grandes conquistas do sentimento humano, que bem calaram no meu espírito, pleiteando, exortando, suplicando, rogando, obsecrando, aos homens que se entendam para o bem estar da Humanidade.

Dai porque, nacionalista que sou, também desejo ao povo boliviano que viva das suas riquezas naturais, que elas não sejam desviadas para nenhum país, nem mesmo para o meu, a não ser compradas pelo seu justo preço, a não ser permutadas por mercadorias correspondentes, para que a fortuna de um povo não venha a ser a desgraça de outro.

Sr. Presidente, no dia em que eu puser a minha palavra a serviço de sentimentos mesquinhos. Nesse dia abandonarei a tribuna por me sentir indigno dela! Podem os nobres colegas ficar certos de que as minhas palavras, eu as sinto; elas revelam aquilo que sempre fui na minha mocidade, um lutador no bom combate, nessa poleja incessante, na qual adormecerei um dia, mas com a satisfação de ter cumprido o dever diante de meus conterrâneos.

Sr. Presidente, os nossos erros, realmente, têm sido muitos; grandes são os que já trazemos de um passado remoto, acumulados na nossa vida. A nossa organização social e econômica, bem esmerilhada na sua tessitura, talvez revele defeitos de formação ingênita, que só o tempo, pelo desgaste das coisas, conseguirá plasticizar, colocar, ajustar e reajustar dentro dos moldes indispensáveis à constituição de uma nacionalidade.

Há mesmo, quem veja, no amálgama das raças, uma falha da nossa evolução étnica; entretanto, bem esmerilhados os fatos, se quisermos, no laboratório das nossas convicções, transfundindo as raças, chegar a uma síntese de pensamento, concluiremos, afinal, que, ainda assim, surgirão de tudo isso para o Brasil vantagens excepcionais, porque constituiremos uma unidade calcada pelo tempo, de formação rija, que assegurará o fôlego da nacionalidade, isto é as características do povo brasileiro.

Sr. Presidente, viajei pela Europa, saturado de alguns conceitos hauridos através dos amigos mais lisonjeiros, de que voltaria, como nacionalista, modificado. Mas — coisa singular do meu destino, que não sei se devo lamentar — voltei mais nacionalista, mais convencido de que o Brasil será o grande país do futuro.

Srs. Senadores: o manarquista Conde Afonso Celso escreveu o livro *Porque me Ufano do meu País*.

Quando menino, essa obra, em boa encardenação, com listas verdes e amarelas, vez por outra me era colocado nas mãos por minha saudosa mãe, para que eu lese um dos seus capítulos patrióticos.

Hoje em dia, é de singular usança, quando se quer desfeitear, destratar um brasileiro, amante de sua Pátria, dedicado ao seu País, chamá-lo de "ufanista". Quando se quer afetar as características do bom cidadão, devotado à pátria, costuma-se dizer: — Esse homem é de "O petróleo é nosso".

Pois bem, Sr. Presidente; eu sou, de fato, ufanista; sou daquele tipo de ufanista que confia no seu país e na sua gente, que ama profundamente o Brasil, que não viu, não vê e não quer ver nada melhor que a sua terra. Sou, também, daqueles que se enfileiram, decididamente, ao lado dos que proclamam que o petróleo do sub-solo brasileiro é nosso.

Sabe o Senado por que assim penso? — Por que verifiquei, na história das nações, no desenvolvimento da indústria petrolífera, que os povos que dispõem do petróleo, aqueles que o refinam e distribuem, são os que governam, mandam, imperam, enfim, os que impõem, na face do planeta, e o Brasil não nasceu para outro destino, senão o de mandar e comandar.

Sr. Presidente, os apartes com que me honram meus eminentes pares tiveram o sortilégio — aliás agradabilíssimo — de desviar-me dos fundamentos desta oração. Tão amáveis, porém, são os meus dignos opositores, e a sua eloquência parlamentar tão sugestiva, que não posso fugir à necessidade de entrar nesse intercâmbio espiritual com tão ilustres figuras do Parlamento.

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte? (*Assentimento do orador*) — Perguntaria se me dá notícia de algum país explorador do petróleo — direi mesmo, monopolizador do petróleo — que tenha começado sua fortuna e seu domínio nesse terreno sem recorrer ao auxílio do capital estrangeiro.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Sr. Presidente, como disse de início, não era meu propósito discutir a questão do petróleo. Vim à tribuna para falar sobre a demissão do General Pantaleão Pessoa da presidência da COFAP. Vejo, agora, que o caso se acha bem distante do meu objetivo imediato, como se eu estivesse no Brasil o seu protagonista na Himalaia.

O Sr. Fernando Távora — Se Vossa Excelência dispõe de pouco tempo, dispense a explicação.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Em todo caso, pediria ao ilustre apartante a longanimidade de permitir que me reserve para outra oportunidade, deixando-me retornar ao leito macio onde me enfronhara, para discutir a demissão do General Pantaleão Pessoa.

O Sr. Fernando Távora — Pois não.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Desde já, entretanto, apazamento com o meu eminente amigo para, oportunamente, não lhe dar resposta que convença — porque isto é excessivamente difícil — mas para tagarelar um pouco neste recinto, expondo, os meus princípios e as, minhas idéias nacionalistas em derredor do monopólio estatal, o único que defende decididamente em meu País.

Sr. Presidente, como disse de início, se o meu prezado amigo e velho correligionário Sr. Café Filho quisesse retornar um pouco ao seio do povo de onde saiu — e S. Ex.<sup>a</sup> se fez, como eu, no braço de estivadores, Bodegueiros, pescadores, biscoiteiros, enfim dessa gente humilde que hoje não é

café-society" — mas continua amiga; se S. Ex.<sup>a</sup> quisesse continuar em contacto com essa gente, como eu ainda continuo, estou certo que muito teria que aprender ouvindo que se diz nesta velha Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. E — interessante — aquilo que se parla aqui é o que se proclama através de todo o País.

O que se diz, para desgraça minha, para meu infortúnio — porque, afinal de contas, pertencço ao mesmo partido de S. Ex.<sup>a</sup>, meu velho companheiro de 30 anos — e que S. Ex.<sup>a</sup> continua na espiral inflacionária e, sobretudo, naquela espiral inflacionária que vai ter na espinha dorsal do povo, que é o crescimento constante do preço das utilidades mais elementares e indispensáveis à vida.

Quem quiser que faça cotejo dos preços do feijão, do arroz, do tomate, enfim, de tudo, desde o dia em que o Sr. Café Filho tomou conta da Presidência da República, com os atuais.

S. Ex.<sup>a</sup> assumiu aquele alto ostio debaixo dos melhores augúrios, dos vaticínios mais salutares, das esperanças mais legítimas, entretanto, o que verificamos, para desgraça de todos nós, é que a cada semana os preços crescem, aumentam, se desdobram, se alteiam, se agigantam, se tornam astronômicos, chega até a não ter definição!

O Sr. Othon Mader — Permite Vossa Excelência um aparte?

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Muito me honra o nobre colega.

O Sr. Othon Mader — Penso que, neste caso, o que temos a examinar é se o encarecimento da vida é devido a atos praticados pelo Presidente da República, Sr. Café Filho, ou se é consequência de atos anteriores ao seu governo, verdadeiras bombas de retardamento, que só agora vêm causar efeito.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Reconheço que o nobre líder de meu eminente amigo Sr. Café Filho, pelo menos líder moral, o nobre Senador Othon Mader, colocou a questão dentro daquela espécie de rotação, através da qual jamais nos encontramos, nem no começo nem no fim.

O fato é que, se o atual Governo recebeu, com efeito, uma situação gravosa, a Nação quer saber, entretanto, quais as medidas que S. Ex.<sup>a</sup> tomou para obviá-la; os remédios com que tentou atenuar os efeitos dessa pesonha. E' o que o País deseja saber. Desconheço qualquer medida tomada nesse sentido. Registro, apenas, que há sete meses mais se agravaram os sofrimentos do povo e nada existe que indique ao menos he longe que a situação tenha paradeiro.

O fato mais recente é o da gasolina.

Sr. Presidente, parece haver grande silêncio nesta Casa! Falei, entretanto, sobre um explosivo. Tenho a impressão de que, até sob certos aspectos, é um tanto abrasivo a gasolina.

Será que todo o País está sentindo in anima vili os efeitos da gasolina? Está sentindo os efeitos incendiários do querosene? Será, Sr. Presidente, que tudo isso é de tal rescaldo que já nos sentimos como que asfixiados em face das providências do governo?

elevação de preços. Então, o Sr. Ministro que quer o aumento da gasolina e diz ao povo brasileiro que a medida quase não terá reflexo sobre a elevação de preços. Então, o Sr. Ministro da Fazenda, Sr. Eugênio Gudin supõe que o Brasil é uma nação de beócios? E' aquela beócia constitucionalista da da que falava há cerca de 50 anos o grande Ruy Barbosa?

Terá o Sr. Eugênio Gudin a impressão de que o povo brasileiro é um povo desvirilizado, emaculado, dessensibilizado?

Será que faz tão pouco caso da in-Sr. Presidente, é demais, realmente, que argue, dessa forma, com a sua dialética dentro das premissas que oferece à Nação estarecida?...



Sr. Presidente, e demais, realmente, mas muito mais do que isso, é demais que continue esse Ministro.

Adverti e ponderei a S. Ex.<sup>a</sup>, logo no início de sua gestão, que não continuasse na pasta. Para a indústria de São Paulo, naquele instante, representou ameaça das mais graves pois a diretriz que se traçou era justamente abrir os flancos da Nação aos golpes traçadores. Deu margem até a que se desconfiasse da sua honorabilidade o que não é permitido ao Ministro do Governo acusado que foi, por alguns órgãos de publicidade, de se encontrar a serviço de interesses excusos internacionais.

Não formulei tal acusação que é das mais graves; mas, se S. Ex.<sup>a</sup>, pelos seus atos, vem merecendo "reproche" constante, alguma coisa ficará na opinião pública e não poderá, de forma alguma, ser salvo favorável ao atual governo.

Sou, Sr. Presidente, de um Estado do Nordeste e vejo aqui diversos representantes de Estados vizinhos em situação idêntica. Dizer, como disse o nosso Ministro da Fazenda, que os transportes rodoviários, no país, se fazem com óleo diesel, merece bem que o nobre Senador Lúcio Bittencourt, com a eloquência e expressividade que lhe constituem característico, dissesse que o Ministro da Fazenda prestou informação inexata, ofereceu uma nota à Nação refalsada, inverdadeira, portanto, desleal.

Ao meu Rio Grande do Norte, ao meu pequeno Estado, hoje tão desgraciadamente abandonado, não chegarão tão cedos os cabos da hidroelétrica de Paulo Afonso; ele, que ainda nada viu de positivo, real e necessário ao seu desenvolvimento, de certo tempo para cá, precisa, para os caminhos que lá trafegam da gasolina. Raros, raríssimos são os que se utilizam de óleo diesel.

O Sr. Lúcio Bittencourt — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Com muito prazer.

O Sr. Lúcio Bittencourt — Invoquei nas minhas declarações, dados estatísticos colhidos nos meios oficiais, no IBGE e em informações concretas do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Agradeço o aparte de V. Ex.<sup>a</sup>. A isto ia me referindo. Devo dizer ao Senado que sou um temperamento político mais do que econômico.

O Sr. Lúcio Bittencourt — V. Ex.<sup>a</sup> é conhecedor profundo de todos os assuntos e quando os debate o faz com acerto e proficiência.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Sr. Presidente, dizer à Nação, dizer ao povo, que o impacto decorrente do aumento do preço da gasolina, não terá maior expressão é querer zombar de todos nós. Diz-se que, ao se discutir o caso, como o General Pantaleão objetivasse defender os interesses do povo brasileiro, lhe obtemperaram que suas palavras eram ócas. E' de lamentar, apenas, que o ilustre e honrado General Pantaleão, não houvesse revidado logo dizendo que loucas eram as palavras dos que se lhe opõem.

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Com muito prazer.

O Sr. Fernandes Távora — Não há dúvida. Creio mesmo que nenhum de nós descre das dificuldades que advirão do aumento do preço da gasolina, sobretudo, no que diz respeito ao transporte rodoviário. Mas, pergunto a V. Ex.<sup>a</sup>: não seria, talvez, o único meio encontrado pelo Senhor Ministro da Fazenda para diminuir, atenuar, a falta de divisas que, positivamente, nos está matando e que acarretará, dentro de meses — não

chegará a um ano — a paralisação total do tráfego rodoviário no Brasil? Será verdadeiro descalabro.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Sr. Presidente, em certa fase da história da França — não sei se nos fins do século XVIII — ocorreu crise das mais graves nas finanças francesas.

Recebeu o Rei, aquele tempo, a um banqueiro dos mais hábeis que sugeriu medidas então promissoras e que trouxeram, com efeito, grande desatogo à situação financeira.

O nosso Ministro da Fazenda, porém, é ao revés do encontrado pelo Rei. É homem de idéias fixas, mas fixamente antiquadas. Homem que, em vez de olhar para a frente, para ver o povo, olha para dentro para ver a si mesmo.

O Sr. Fernandes Távora — Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> lembrar que não estou defendendo o Sr. Ministro da Fazenda, nem ninguém. Apenas formulei pergunta que desejaria o nobre colega respondesse.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Sr. Presidente, diz-se não ser possível resolver problema dessa natureza sem o fomento à produção, entretanto, desde o início de sua gestão vem o Ministro da Fazenda conspirando contra ela, negando-lhe toda e qualquer facilidade cambial sob a alegação de que há necessidade de aumentar divisas no exterior. No entanto, desde que S. Ex.<sup>a</sup> assumiu a pasta da Fazenda, demonstra o propósito, que todos nós sentimos, de estancar as fontes de divisas nacionais.

Não há quem ignore, neste recinto, as famigeradas declarações prestadas à Imprensa desta metrópole, pelo Senhor Eugênio Gudin e que foram incontinentemente retransmitidas pelos intercessores para New York, determinando, desde então a crise do café. Esta que, de fato, era latente, se acentuou aceleradamente impulsionada pela exploração desmascarada e que nos trouxe até esta situação.

Sr. Presidente, se pretendermos examinar a situação por processo de crítica histórica; se quisermos dentro do fengmenismo encontrar as razões, as causas determinantes do que ora ocorre no país, a tessitura se apresenta de tal forma que não sei como equacionar os dados de problema tão complexo. Veja bem V. Ex.<sup>a</sup>: se por um reflexo, por uma curva, por uma parábola de imaginação, transportássemos nosso pensamento até a campanha surda, constante, pertinaz e diabólica contra a Petrobrás, quem acompanha a história dos trusts internacionais, quem sabe a história torva e trágica do petróleo, quem sabe o que o produto tem sido para todos os povos do planeta, sobretudo para os povos desgraçados que no subsolo conservam essa riqueza, não ignora — nem o pode, porque seria falsa fé — os expedientes mais inconfessáveis de que têm lançado mão as Nações exploradoras e colonialistas, para trazer sob a sua imposição e sob o seu domínio, não só os governos como suas riquezas.

O Brasil, porém, rebelou-se. O nobre Senador Domingos Velasco, em discurso memorável pronunciado neste recinto, referiu que o Sr. Euvaldo Lodi declarou, ao voltar — se me não engano — dos Estados Unidos da América do Norte, que era preciso manter o trust petrolífero. Disporia de cinco milhões de dólares para fazer a publicidade de seus propósitos e levar a tase do monopólio estatal em nosso país à sua ruína.

Não é verdade?

O Sr. Domingos Velasco — Perfeitamente.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Mas, o brasileiro ficou rijo, inacessível, granítico; o brasileiro nacionalista, na vanguarda, peltu a descoberto, enfrentou corajosamente, na defesa dos interesses da nação, a pro-

tervia estrangeira, que recebeu seu último tiro de graça com o sangue do grande nacionalista, que foi Getúlio Vargas.

O SR. PRESIDENTE:

(Fazendo soar os timpanos) — Pondero ao nobre orador que faltam apenas dois minutos para o término do prazo de que dispõe.

O SR. DOMINGOS VELASCO:

(Pela ordem) — Sr. Presidente solicito a V. Ex.<sup>a</sup> consulte a Casa sobre se consente na prorrogação da hora do expediente, a fim de que o nobre colega, Senador Kerginaldo Cavalcanti possa concluir seu brilhante discurso.

O SR. PRESIDENTE:

O Senado acaba de ouvir o requerimento do nobre Senador Domingos Velasco.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados (Pausa).

Está aprovado.

Continua com a palavra o nobre Senador Kerginaldo Cavalcanti.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI:

Sr. Presidente, agradeço a bondade do nobre Senador Domingos Velasco e bem assim aos meus eminentes e distintos pares a generosidade em conceder-me a prorrogação da hora do expediente.

Sr. Presidente, sentindo, como sentimos, verificando, como verificamos, que a história do petróleo é excusa e lóbrega; observando que ela tem sido para os demais povos não um motivo da grandeza, mas uma fonte de opróbrio, de vilipêndio, de revoluções intestinas. Sabendo-se de que são capazes aqueles que pretendem em outros países, nos países monopolistas, dominar o mercado petrolífero, nós, os brasileiros, devemos terçar armas para reservar essa fortuna, a fim de que ela venha a constituir a felicidade de todo o povo do nosso país.

Sr. Presidente, há os brasileiros bem intencionados que desejam que o capital estrangeiro venha contribuir para essa felicidade e outros, que desejam, como eu, que o capital estrangeiro não se envolva no nosso petróleo, porque, na verdade toda a vez que isso acontece, serve apenas para achincalhar ainda mais os que dele se aproveitam.

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte? (Assentimento do orador). O capital estrangeiro só acanilha as nações que não têm virilidade, porque as nações que têm virilidade, não se acanilham diante de nenhum problema.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — É uma linda frase; mas devo dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que estou parodiando Júlio Dantas, na "Cela dos Cardeais" (Riso).

Sr. Presidente, devemos reconhecer que muito pode o capitalismo insinuar-se e corromper, mesmo involuntariamente, os indivíduos mais bem intencionados. Ninguém ignora que o México viveu em constantes revoluções; os nomes mais esquisitos de Presidentes surgiram na arena mexicana — os Madero, os Huertas, os Díaz, etc. Verificamos, afinal, que tudo isso se interligava com o problema petrolífero.

O Sr. Othon Mader — V. Ex.<sup>a</sup> cita o México como país que vivia em constantes revoluções; mas não é só o México, porque viver em revoluções é característica de quase todos os países sul americanos, tenham ou não petróleo. O Paraguai, por exemplo, não tem petróleo, e até hoje é a nação sulamericana que mais revoluções apresenta.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Se tiver tempo, chegarei até lá.

O Sr. Othon Mader — Os motivos são outros e não se aplicam ao caso do petróleo.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Com relação ao México, V. Ex.<sup>a</sup> pode verificar, que logo depois de assentada a vitória nacionalista naquele país, acabaram-se as revoluções, isto é, logo que o petróleo mexicano deixou de viver sob a orientação das companhias estrangeiras, desapareceram as intencionalidades.

O Sr. Fernandes Távora — V. Ex.<sup>a</sup> se esquece de que o México, depois de ter nacionalizado o petróleo, recorreu aos Estados Unidos, para sair do atoleiro em que caíra; se não fôsse o capital norteamericano não teria hoje uma gota desse ouro negro.

O Sr. Othon Mader — Depois que o México nacionalizou a exploração do petróleo, sua produção que era de quinhentos mil barris diários baixou para cento e sessenta mil. Veja V. Ex.<sup>a</sup> a queda extraordinária que sofreu.

O Sr. Fernandes Távora — Porque não tinham capitais nem técnicos, daí a miséria como resultado.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — V. Ex.<sup>a</sup>, em parte, tem razão. Mas V. Ex.<sup>a</sup> sabe que os fatos econômicos, como os políticos e os históricos têm que ser examinados pelo aspecto sociológico. Fora disso V. Ex.<sup>a</sup> não poderá chegar à conclusão, de modo a convencer.

O que ocorreu no México se verificou na Pérsia: teve sua produção paralizada. Tendo o povo do Irã resolvido criar uma legislação nacionalista para se defender contra os trusts, para converter a riqueza do petróleo em benefício do seu país, os ingleses, mancomunados com os capitalistas norteamericanos, criminosos sem entrinhas todos eles, paralizaram ostensivamente a refinaria de Abadão, impediram os navios petrolíferos de conduzir o produto do Irã para qualquer outra nação; reduzindo assim o povo iraniano à miséria e à fome e afinal, fomentando uma revolução, que V. Ex.<sup>a</sup>, sabe, como eu e todos nós.

O Sr. Othon Mader — Foi a obra nefasta de Mossadegh.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Foi obra do capitalismo.

O Sr. Othon Mader — Foi a traição de Mossadegh.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — É um exemplo. Que o deixassem ao menos em paz, o grande patriota.

O Sr. Fernandes Távora — Quem que fazer o que não pode, acontece como o Iran. A Inglaterra e os Estados Unidos abandonaram o Irã, deixando-o entregue à própria sorte. Ele, entretanto, acabou recuando, porque não podia fazer coisa alguma.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Se deixassem o Irã em paz, abroquelado por uma decisão do mais alto Tribunal internacional, o de Haya, teria resolvido o problema econômico de sua gente, convertendo o petróleo em felicidade.

O Sr. Fernandes Távora — Foi exatamente o que o Irã não quis: submeter-se ao Tribunal Internacional, pois teria perdido.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Sr. Presidente, desejo que o petróleo se transforme no bem estar do povo brasileiro; quero que seja uma riqueza distribuída entre todos.

O Sr. Othon Mader — V. Ex.<sup>a</sup> tem no Irã justamente o exemplo contrário à sua tese.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Como?

O Sr. Othon Mader — O Irã é um país pobre e pequeno. Apesar disso, resolveu nacionalizar sua produção pe-

trófica e concretizou seu objetivo. Fêz o que pretendia, apesar de não possuir capital, nem esquadra, nem exército. A afirmação de que os países imperialistas são capazes de invadir qualquer nação pobre e obrigá-la a conservar suas concessões é completamente desmentida pelo exemplo do Irã.

O Sr. Fernandes Távora — V. Ex.<sup>a</sup> não precisava ir tão longe. A Bolívia, há pouco tempo, nacionalizou a exploração do seu petróleo.

O Sr. Othon Mader — E nada lhe aconteceu.

O Sr. Fernandes Távora — ... e nada está fazendo.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Sr. Presidente, realmente não me propunha discutir a questão do petróleo mas, com efeito, sou velho apaixonado dessa moça e verifico que o senador Othon Mader também a namora. E apesar de seus cabelos brancos, o nobre senador Fernandes Távora também é dela namorado.

O Sr. Fernandes Távora — Digo a V. Ex.<sup>a</sup> de uma vez por todas que sou nacionalista, como sempre fui e serei, mas, nacionalista no bom sentido, nacionalista transigido, com tudo quanto seja capaz de servir ao meu país e não querendo fazer e impor aquilo que ele não puder realizar.

O Sr. Othon Mader — Muito bem. O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Sr. Presidente, não sou eu quem vai por em dúvida um homem de formação moral tão alta.

O Sr. Fernandes Távora — Peço desculpas a V. Ex.<sup>a</sup> se o estou molestando com meus apartes.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Também não sou eu, Senhor Presidente, quem vai tirar a S. Ex.<sup>a</sup> o direito de oferecer uma definição do que é o bom nacionalista. É possível que eu seja a ovelha preta do nacionalismo.

Quem sabe, Sr. Presidente, se não sou eu quem está errado?!

O Sr. Fernandes Távora — Estou apenas definindo o meu. V. Ex.<sup>a</sup> definirá o seu.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Sr. Presidente, temos o problema da Venezuela. Esse país já foi cantado em prosa e em verso, nestas Casas, pelos nobres Senadores Othon Mader e Assis Chateaubriand. Lamento que o Sr. Assis Chateaubriand já não esteja em nosso recinto porque muito sentimos sua falta.

O Sr. Othon Mader — E' incontestável o progresso da Venezuela.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — A Venezuela é um exemplo típico do que nos estará reservado se nós, os nacionalistas, não defendermos, intransigentemente, o monopólio estatal do petróleo.

A Venezuela é uma fachada tipo Potemkine.

Conta-se que, em certa ocasião, um favorito de Catarina II, enamorado da mesma, resolveu lhe mostrar a Rússia que naquele tempo não existia.

O Sr. Fernandes Távora — Vossa Excelência permite ainda outro aparte? (Assentimento do orador) — A Venezuela está realmente enriquecendo com o petróleo. Apenas esqueceu-se que petróleo não é alimento. Por causa dela deixou de lado a agricultura e a pecuária, pensando a importar tudo, até couve!

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Gostei de ouvir Vossa Excelência dizer isto, porque o nobre Senador Othon Mader não pensa assim.

O Sr. Othon Mader — Ao contrário, eu disse que a Venezuela tem se desculpado de outros problemas.

O Sr. Fernandes Távora — A Venezuela está provando que não tem capacidade para ser independente.

O Sr. Othon Mader — A culpa dela não possui agricultura nem pecuária, não é do petróleo, mas do governo que se desculpou.

O Sr. Fernandes Távora — E' pura malandrice de quem não quer trabalhar buscando arranjar dinheiro com facilidade.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Como eu ia dizendo, o apaixonado de Catarina II, levantou nas margens do rio por onde deveria passar a Imperatriz, painéis maravilhosos, cenas idílicas que Virgílio poderia cantá-los certamente.

Sr. Presidente, tais cenas deveriam, de fato, ter levado a Imperatriz a amá-lo.

O Sr. Fernandes Távora — Tudo isto indica a má orientação de um governo que não está à altura de dirigir um povo.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Foi o que ocorreu na Venezuela. No fim da exploração do petróleo ficaram apenas, os buracos para os venezuelanos tapar.

O Sr. Fernandes Távora — De quem a culpa? A culpa é dos venezuelanos que não sabem cumprir o seu dever.

O Sr. Domingos Velasco — Acabaram numa ditadura. O petróleo é problema político. O povo venezuelano pode ter enriquecido, mas não dispõe de liberdade.

A riqueza que lá está é a miséria para o povo.

O Sr. Fernandes Távora — Porque não sabe tirar dinheiro do petróleo para fazer sua independência, em vez de gastá-lo em obras monumentais, que não têm qualquer sentido prático.

O Sr. Othon Mader — E' que lá não houve tipiniquins.

O SR. PRESIDENTE — Solicito ao nobre orador que não permita mais apartes, porque a taquigrafia está sentindo dificuldade para apanhá-los simultaneamente.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Deixemos, de lado a Venezuela com seu grande lençol petrolífero, que continuará assim ainda por algumas décadas, para ficar depois apenas o vazio da corrida petrolífera para ser preenchido.

O Sr. Fernandes Távora — V. Ex.<sup>a</sup> está enganado. Ao lado dos poços petrolíferos ficarão as estradas de ferro, de rodagem, os portos, os estabelecimentos de assistência social e muitos melhoramentos.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — O problema é complexo e o aspecto econômico e político de um discurso por si só quase nada exprime, quase nada diz, porque contém teses tão vastas e múltiplas, que de muito mais tempo precisaria para responder aos apartes que acabam de dar os nobres senadores. Deixemos, repito, a Venezuela e sua santíssima ditadura. Vamos à Bolívia que tem a felicidade desgraçada — felicidade desgraçada, permita-me o Senado repetir a expressão — de possuir petróleo no seu sub-solo, e petróleo em grande quantidade, razão por que se desativaram o Paraguai e a Bolívia.

E sabe V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, o que ocorreu?

O óleo boliviano, manipulado pelos "trusts" internacionais interessados e servir às forças paraguaias que combatiam os bolivianos, ateu-se ao óleo do sub-solo de uma nação, para golpear, pela traição, o próprio coração desse país.

E' o que não desejamos.

O Sr. Othon Mader — O produto é comerciável. Consequentemente, qualquer nação pode comprá-lo e aplicá-lo contra seus inimigos.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Não é só isso, meu nobre colega. V. Ex.<sup>a</sup> conhece a história secreta daquele petróleo, para que

se não pagasse ao próprio tesouro boliviano, o que fora o compromisso desse truste para com o tesouro da Bolívia.

O Sr. Othon Mader — Pura lenda e em relação ao petróleo muitas são elas.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — São repositórios de fatos que ficam na memória dos povos. Vivem e continuam a viver não sei se como lenda ou realidade; mas em face dos acontecimentos que vez por outra se verificam pelo mundo — acontecimentos que todos conhecemos — é bem provável, não seja lenda, mas um fato.

Pergunto, Sr. Presidente: de que está servindo à Bolívia sua fabulosa riqueza, em petróleo se está nas mãos dos trustes internacionais?

Digamos tenha sido nacionalizado; mas só se o foi em parte, porque ao que ouvi há pouco de eminentes colegas — e todos nos sabemos — o nosso próprio País tem concessões na Bolívia. No entanto, não se permite no Brasil, de forma nenhuma, que qualquer nação estrangeira tenha aqui concessão petrolífera.

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — V. Ex.<sup>a</sup> me honra com seus apartes.

O Sr. Fernandes Távora — Nossa concessão petrolífera na Bolívia serviu apenas de pretexto para levar a estrada Brasil-Bolívia a Santa Cruz de la Sierra. O petróleo, porém, existe apenas na fantasia, como muitas das nossas bacias petrolíferas.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Já adverti, desde o princípio, que nessa história do petróleo há muitas outras histórias, histórias de sobra, mesmo. Por isso devemos estar alertas.

O Sr. Fernandes Távora — Cumprimos a promessa de levar os trilhos da estrada Brasil-Bolívia até aquele país, em função do petróleo boliviano. Nós, no entanto, que não temos competência para arrancar o petróleo do nosso sub-solo, como conseguimos, milhares de quilômetros no solo boliviano? O Brasil só tem atitudes contraditórias. Parece mesmo querer viver de paradoxos.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Responderei em outra oportunidade, ao aparte de V. Ex.<sup>a</sup> porque a tese nele contida já é outra, a qual, V. Ex.<sup>a</sup> em ocasião mais feliz considerará.

Sr. Presidente, saltamos da América para o Oriente, esse Oriente realmente fascinante, terra de beduínos, terra de rebanhos de carneiros, terra de guerreiros morenos, terra de mulheres com braceletes, terra de luars opalescentes. Vamos para o Oriente e comecemos pela Arábia Saudita; comecemos por aqueles lugares onde o petróleo jorra a mancheias.

Que notícia temos da prosperidade desses povos, lá onde o petróleo é realmente como se fora um desaguadouro imenso?

Que notícia temos nós da sua felicidade?

Ouvimos falar, vez por outra, que algum xeique ditoso, cheio de dólares, desce à Côte D'Azur para se refrescar; mas o povo que lá está, que benefícios recebe?

O Sr. Othon Mader — Essa é outra questão.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Desconhecemos; ninguém sabe.

Sr. Presidente, vê V. Ex.<sup>a</sup> que o petróleo quando existe, quando não é, realmente, revertido em benefício imediato do povo, em vez de ser manancial de felicidade desse mesmo povo, torna-se, com efeito, a sua própria desgraça, a sua infelicidade. Dai por que defendo e continuarei

a defender o monopólio estatal do petróleo. Sou dele estatista radical e intransigente. Admito a intervenção do capital estrangeiro em qualquer setor de nossas atividades, mas no que se refere ao petróleo, enquanto tiver voz, enquanto tiver direito de assomar a esta tribuna estarei na estacada, de peito descoberto sustentando os direitos do povo brasileiro, que são os direitos a esse monopólio, à essa exclusividade.

Sr. Presidente, vou terminar minha oração, que já se está tornando fatigante e, afinal de contas, por me haver desviado do assunto, pela benevolência dos meus pares.

O Sr. Othon Mader — Peço desculpas a V. Ex.<sup>a</sup> pelos meus apartes.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — V. Ex.<sup>a</sup> não tem por que se desculpar. Honra-me com os seus apartes. O assunto com efeito, é explosivo, de uma explosividade patriótica e compreensiva, como deve ser entre homens que cultivam a tribuna do Parlamento.

Lamento que o nobre Presidente da República não tenha dispensado, ao menos antes de exonerar o General Pantaleão Pessoa, o seu Ministro da Fazenda. Enquanto o Sr. Eugênio Gudin estiver à frente dos nossos destinos econômicos e fazendários, a Nação nada tem que esperar. Tudo que nos advenir será crise, calamidade. O Sr. Eugênio Gudin, muito breve, fará convencer aos menos avisados de que a Petrobrás é a causadora do aumento do preço da gasolina. Esse o propósito desse Ministro da Fazenda. A Nação, porém, está advertida. Denunciamos o fato desta e de outras tribunas, esse objetivo não será atingido, porquanto é falso, inveraz e indigno de quem tenha responsabilidades de dirigir os destinos do país e de se achar no Governo da Nação.

O Sr. Othon Mader — A questão de elevação de preço para importação de gasolina está mal posta. Deve ser colocada em outros termos. Devemos examinar onde vamos buscar recursos para pagar os compromissos assumidos. O país tem "Reservas a Pagar" e outras dívidas enormes, inclusive bonificação para estimular a exportação. De alguma parte temos que obter esses recursos. Se não os tirarmos da gasolina, desse produto de importação, só haverá um recurso — a emissão. Devemos examinar qual dos dois males é o menor: a emissão ou a cobrança de um preço sobre a gasolina para verificar qual influirá mais danosamente sobre a economia nacional. O que menos dano causar será o escolhido. Nessas térmicas é que devemos colocar a questão. Realmente, V. Ex.<sup>a</sup> tem razão em que a cobrança de preços maior sobre a gasolina encarecerá a vida. Não tenho dúvida. No particular, entenda que o Sr. Ministro da Fazenda faz cálculos muito otimistas relativamente à elevação do custo de vida.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>

O Sr. Othon Mader — E' necessário, entretanto, olhar o outro lado da questão. E' preciso saber se, caindo na inflação, o custo da vida não se elevará em trinta, quarenta, cinquenta ou, mesmo, cento por cento. E' indispensável, ainda, saber se não cairemos no caos, na desordem, e, conseqüentemente, se não vamos desaparecer.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Ouvi as ponderações de V. Ex.<sup>a</sup> com o acatamento que me merece. Desejo esclarecer, no entanto, que divisas significam exportação e exportação, produção. Se o Ministro da Fazenda mata, justamente, a galinha que põe os ovos de ouro, como vamos ter exportação e divisas?

Não é outro o procedimento do Sr. Ezequias da Rocha. Esta a censura que lhe faço. Sr. Ex.<sup>a</sup> quer divisas, mas procura-as através de processo de constrangimento, realmente de desespero.

O Sr. Othon Mader — Ninguém nega que será uma grande saciedade para a Nação o aumento desse ágio.

O SR. KERGIVALDO CAVALCANTI — Entendo, no entanto, que S. Excia. talvez resolvesse o problema colocando-o sobre outro aspecto, sob ângulo diferente.

O Sr. Othon Mader — Só há essas duas soluções — aumentar o ágio ou emitir.

O SR. KERGIVALDO CAVALCANTI — Não creio assim seja.

O Sr. Othon Mader — É preciso comparar uma com outra, para ver qual a mais danosa.

O SR. KERGIVALDO CAVALCANTI — Ai é que está a catástrofe, a canhestre do Ministro da Fazenda.

O Sr. Othon Mader — Estamos em vésperas de maior sensação — a não entrada da gasolina no país.

O SR. KERGIVALDO CAVALCANTI — Quando um Ministro da Fazenda confessa, diante de um Governo, que só tem um expediente e este é vexatório, com o que discutimos — para solucionar os nossos problemas, o Sr. Presidente da República, se tiver pequeno senso de responsabilidade, responderá a esse titular: "Demita-se!"

O Sr. Fernandes Távora — E virá outro que dirá a mesma coisa.

O SR. KERGIVALDO CAVALCANTI — Não faça o nobre colega juízo tão temerário da inteligência do próximo. Quem sabe se V. Excia. não resolveria nossos problemas, como qualquer outro cidadão?

O Sr. Fernandes Távora — Não resolve nenhum problema; muito menos os do Brasil.

O SR. KERGIVALDO CAVALCANTI — Sr. Presidente, termino minhas considerações declarando ao Senado que ainda, como brasileiro que jamais perdeu a fé, estou certo de que nossas dificuldades serão solucionadas.

Os homens passam, com suas mazelas e seus erros. As civilizações aparentes dobram-se e caem, como caem, nos espaços siderados, pelo abito, as estrelas cadentes. Só uma coisa é eterna — a Pátria, a Nação, o Brasil. Só uma coisa é fecunda — a bondade! Só uma coisa é construtiva — a compreensão!

Unamo-nos nesse propósito e contemos nos destinos do Brasil!

Alcemos o pensamento para a Providência, que nunca nos abandonou, e das melhores surgirão para os homens, para as mulheres e para as crianças. (Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado).

#### O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa um requerimento que vai ser lido.

É lido o seguinte

#### Requerimento n.º 94, de 1955

Requeiro, de conformidade com o art. 125, letra b, do Regimento Interno, seja inserido na ata da sessão de hoje um voto de pesar pelo falecimento do jornalista Luiz Silveira, antigo representante de Alagoas na Câmara dos Deputados, e que se telegrafe à família do saudoso parlamentar apresentando as condolências desta Casa.

Sala das Sessões, em 9 de março de 1955. — Ezequias da Rocha. — Domingos Vellasco. — Mathias Olympio. — Maynard Gomes. — Onofre Gomes. — Lourival Fontes. — Caiado de Castro. — Filinto Muller. — Magalhães Barata. — Argemiro de Figueiredo. — Carlos Lindenberg. — Juracy Magalhães. — Lima Teixeira.

#### O SR. EZEQUIAS DA ROCHA:

(Para encaminhar a votação) (Lê o seguinte discurso) — Sr. Presidente, faleceu, em Maceió, no dia 5 do corrente, o jornalista Luiz Silveira, filho de Pernambuco, radicado-se nas Alagoas, onde se tornara alagoano, e dos melhores e mais ilustres.

Político, jornalista, parlamentar, durante mais de cinquenta anos prestou assinalados serviços ao meu Estado, a ele ligando de tal forma a sua existência, que hoje, ao desaparecer do convívio de sua gente, é geral a consternação dos meus compatriotas.

Político, foi dos mais combativos e também dos mais chegados às causas do povo. Parlamentar, sempre defendeu com brilho os interesses de Alagoas e do Brasil, na Câmara Federal, em várias legislaturas. Mas, o seu fraco, — quero dizer, o seu forte — foi a imprensa. Como jornalista, poucos no Nordeste o excederam na lucidez, no dinamismo, no espírito público. E a ela, pode-se dizer, dedicou quase toda a sua vida, desde os mais verdes anos até quando a saúde lhe deu fôlego para manejar a pena e dirigir um jornal.

Os dois maiores diários de Maceió foram por ele fundados — o "Jornal de Alagoas" e a "Gazeta de Alagoas", órgãos que lá estão vicejando, cheios da vitalidade que lhes comunicou o seu ilustre fundador.

Sr. Presidente, Alagoas deplora, nesse momento, o desaparecimento do seu velho jornalista, de Luiz Silveira, cujo nome, nós os alagoanos, preferimos sempre com o maior respeito. Findo-se aos 86 anos de idade, deixa na terra que o adotou com extremos, um nome, um exemplo, uma tradição: o nome de cidadão dos mais dignos; o exemplo de luta, de trabalho, de tenacidade; a tradição do liberal, do democrata, do legalista, em suma, do republicano convicto, que, apesar de tudo, nunca descreu da República e vivia a sonhar com a grandeza da Pátria.

Ao jornalista Luiz Silveira, meu prezado amigo, as minhas saudades; à sua memória, as homenagens do P. R. alagoano (Muito bem).

#### O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Freitas Cavalcanti.

#### O SR. FREITAS CAVANCANTI PRONUNCIA DISCURSO, QUE SERÁ PUBLICADO DEPOIS.

#### O SR. PRESIDENTE:

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento queiram conservar-se sentados. (Pausa)

Está aprovado.

A Mesa cumprirá a determinação da Casa.

Há um requerimento de informações, que vai ser lido pelo Sr. 1.º Secretário.

É lido o seguinte

#### Requerimento n.º 95, de 1955

De acordo com o art. 122, letra c, do Regimento, requeiro a V. Ex.<sup>a</sup> sejam solicitadas ao Ministro da Fazenda as seguintes informações:

1.º — Renda Ordinária arrecadada em 1954 proveniente de fôro, taxa de ocupação e laudêmio sobre terrenos de marinha e seus acréscidos, de acordo com a Contadoria Geral da República.

2.º — Despesa prevista para 1955 com pessoal, material, aluguel de casa e serviços contratuais relativa ao Serviço do Patrimônio da União e Delegacia.

3.º — Quantos aforamentos de terrenos de marinha foram concedidos pelo S. P. U. no decorrer do ano de 1954.

4.º — Quantos aforamentos foram concedidos pelo Serviço do Patrimônio da União desde sua criação.

5.º — Quantos terrenos vêm produzindo renda nas rubricas fôro e taxa de ocupação.

6.º — Quantos terrenos inscritos no regime de ocupação e o montante da arrecadação (renda ordinária) em 1954?

7.º — Se o S. P. U. vem atualizando periodicamente a taxa de ocupação e em que bases?

8.º — Qual o valor por metro quadrado, adotado na Delegacia do S. P. U. em Alagoas, para terrenos situados na zona rural dos diversos municípios da orla marítima.

O presente requerimento tem por finalidade a melhor elucidação de um projeto que pretendo apresentar sobre terrenos de marinha e seus acréscidos.

Sala das Sessões em 9 de março de 1955. — Ezequias da Rocha.

#### O SR. PRESIDENTE:

Sendo da competência da Presidência, deixo-o.

Passa-se à matéria constante da

#### ORDEM DO DIA

Votação, em discussão única, do Projeto de Resolução n.º 26, de 1951, (da Comissão Diretora), que extingue cargo de oficial legislativo, classe "J", no Quadro da Secretaria do Senado Federal, tendo pareceres: I — Sobre o projeto: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade (parecer n.º 1.250, de 1951); da Comissão de Finanças, favorável (parecer n.º 171, de 1952); II — Sobre a emenda de Plenário: da Comissão de Constituição e Justiça pela constitucionalidade, mas, quanto ao mérito, pela rejeição (parecer número 225, de 1954); da Comissão Diretora, pela rejeição (parecer n.º 226, de 1954); da Comissão de Finanças, pela rejeição (parecer n.º 227, de 1954).

#### O SR. PRESIDENTE:

Há um requerimento do nobre Senador Apolônio Sales solicitando a volta desse projeto à Comissão Diretora, tendo em vista que, após sua apresentação foi feita uma reestruturação geral do quadro de funcionários a fim de que aquela Comissão possa verificar se o mesmo está prejudicado.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento queiram conservar-se sentados. (Pausa)

É aprovado o seguinte

#### Requerimento n.º 96, de 1955

Tendo em vista que após a apresentação do Projeto de Resolução n.º 26, de 1951, foi feita uma reestruturação geral do quadro de funcionários do Senado, pela Resolução n.º 4, de 1955, requeiro, nos termos do art. 155, letra b, do Regimento Interno, seja retirado da Ordem do Dia esse projeto, voltando à Comissão Diretora a fim de que informe se está prejudicada a medida nele objetivada.

Sala das Sessões, em 8 de março de 1955. — Apolônio Sales.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 157, de 1954, que inclui Raimundo Ventura da Costa, ex-contínuo de Delegacia Fiscal, entre os beneficiários da Lei n.º 1.550, de 5 de fevereiro de 1952. (Em Ordem do Dia em virtude de dispensa de interstício, concedida na sessão de 7-3-55, a requerimento do Sr. Senador Fernandes Távora), tendo pareceres: da Comissão de Serviço Público Civil, sob n.º 145, de 1955, favorável,

com a emenda que oferece; da Comissão de Finanças, sob número 146, de 1954, favorável.

#### O SR. PRESIDENTE:

Em discussão o Projeto.

#### O SR. FERNANDES TÁVORA:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, o assunto desse projeto dispensava qualquer esclarecimento.

Trata-se de uma retificação, ou melhor, de fazer com que sejam incluídos no número dos funcionários que foram beneficiados por uma lei os que, por esquecimento da Câmara ou do Senado, foram excluídos da lista.

O próprio Ministro da Fazenda mandou uma retificação ao Senado que chegou fora de tempo, pois que o projeto já estava sendo votado. Assim, o que se faz agora com este projeto é, exclusivamente, restituir um direito que tinha sido omitido, sem nenhuma razão de ser.

Espero, Sr. Presidente, que o Senado, fazendo justiça, aprove o projeto.

#### O SR. PRESIDENTE

Continua a discussão.

Não havendo quem peça a palavra, declaro-a encerrada.

Vai ser votada em primeiro lugar a emenda oferecida pela Comissão de Serviço Público Civil.

#### O SR. FERNANDES TÁVORA:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, pediria a V. Ex.<sup>a</sup> mandasse proceder à leitura da emenda, pois eu a desconheço.

#### O SR. PRESIDENTE:

O Sr. Primeiro Secretário procederá à leitura da emenda.

É lida a seguinte

#### EMENDA

Redija-se, da seguinte forma, o artigo 1.º:

"São incluídos entre os beneficiários da lei n.º 1.550, de 5 de fevereiro de 1952, e a partir de sua vigência, Gastão Nunes de Almeida e o ex-contínuo de Delegacia Fiscal, Raimundo Ventura da Costa, cujos nomes deixaram de figurar na relação que acompanhou aquela lei."

#### O SR. PRESIDENTE:

Em votação a emenda. Os Senhores Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. Está aprovada.

Em votação o projeto assim emendado.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa)

É aprovado e vai à Comissão de Redação o seguinte

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA N.º 157, de 1954

(N.º 2.665-B-1952, da Câmara)

Inclui Raimundo Ventura da Costa, ex-contínuo da Delegacia Fiscal, entre os beneficiários da Lei n.º 1.550, de 5 de fevereiro de 1952.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É incluído entre os beneficiários da Lei n.º 1.550, de 5 de fevereiro de 1952, e a partir de sua vigência, o ex-contínuo da Delegacia Fiscal, Raimundo Ventura da Costa, cujo nome deixou de figurar na relação que acompanhou aquela lei.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



## O SR. PRESIDENTE:

Está esgotada a matéria da Ordem do Dia.

Tem a palavra o nobre Senador Juracy Magalhães, primeiro orador inscrito para falar nessa oportunidade.

## O SR. JURACY MAGALHAES:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor presidente, Senhores Senadores: venho a esta tribuna congratular-me com a Diretoria da Petrobrás, Superintendente, técnicos e operários da Refinaria de Cubatão, e, principalmente, com o povo brasileiro, pelo auspicioso acontecimento de já estar em funcionamento aquela portentosa Refinaria cuja construção arrastou-se durante mais de cinco anos. A falta de recursos financeiros oportunamente propiciados aos dirigentes das obras, é responsável neste, como em muitos outros empreendimentos nacionais, pelo prazo exagerado e custo excessivo dos trabalhos de construção.

Sou, Sr. Presidente, em princípio, favorável à iniciativa privada, no campo das atividades econômicas. O Estado deverá exercer apenas uma ação supletiva, quando faltarem os estímulos aos investimentos privados e houver uma evidente necessidade nacional, de ordem econômica ou estratégica, para que não se proteja a iniciativa julgada necessária e inadiável. Neste caso, como aconteceu com a construção da Usina Siderúrgica Nacional — até agora o marco mais significativo de nossos desenvolvimento econômico — cabe ao Estado anelar para o resgate das sociedades de economia mista onde, infelizmente, o capital privado tem contribuído com percentagens insignificantes.

Em Volta Redonda graças às inspirações, à inteligência, e à sinceridade de um grande cidadão do mundo — o saudoso Presidente Franklin Delano Roosevelt — foi possível ao Governo Brasileiro contar com a colaboração técnica habitual de firmas especializadas americanas e, mais do que isso, com o financiamento das organizações oficiais de crédito do Governo Americano, no caso o benemérito Export and Import Bank of Washington, responsável também, entre outros empreendimentos nacionais, pelo financiamento da Companhia Vale do Rio Doce.

Já para o financiamento da Refinaria de Cubatão estiveram fechadas as portas dos bancos americanos, o que aumentou o valor dos sacrifícios para que se ostente hoje como uma realidade: as torres fumegantes da Usina ainda não oficialmente inaugurada.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTE — muito bem!

O SR. JURACY MAGALHAES — Vale, entretanto, assinalar que não faltou ao empreendimento a colaboração técnica de firmas americanas e européias, inclusive de algumas que são produtoras de petróleo, como a Esso Export Corporation e a Standard Oil Company of California. Interessadas no suprimento de óleo cru à Refinaria de Cubatão.

Foi responsável pela organização do projeto e supervisão das obras a Hydrocarbon Research Inc. e pela construção civil e Arthur Mc Kee & Company. Inúmeras outras firmas nacionais e estrangeiras colaboraram na execução dos trabalhos, sendo justo título de orgulho a capacidade revelada pelos técnicos nacionais, cujo "know-how" se avizorava dia a dia, e pelo operário nacional, anônimo e esquecido mas cujas mãos e cérebros são básicos nesta batalha gigantesca pelo aumento da produção nacional e melhor produtividade de nosso trabalho.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTE — muito bem!

O SR. JURACY MAGALHAES — A direção da construção esteve entregue ao patriotismo, competência e dedicação de dois eminentes brasileiros General de Divisão Stênio Calo de Albuquerque Lima, até maio de 1954,

quando 37% dos trabalhos já estavam realizados, e o Coronel Joaquim Ribeiro Monteiro, seu atual Superintendente, em cuja administração, graças aos recursos propiciados pelo Governo, os trabalhos adquiriram um ritmo mais acelerado.

Sr. Presidente, a Refinaria de Cubatão uma das mais flexíveis do mundo e foi projetada para operar com petróleo bruto de qualquer procedência e de características as mais variadas. Composta de oito unidades: Distilação Primária de Óleo Bruto (Topping), Visco-Redução, Reforma de Nafta e Craqueamento de Gasóleo, Recuperação de Gases Hidrogenação. Tratamento da Gasolina, Tratamento de Querosene e Mistura de Gasolina. Essas unidades permitem uma produção variada de derivados, com as melhores características desejadas.

Além dessas unidades, dispõe também a Refinaria de uma estação termoeletrica, própria, para geração de energia e vapor destinados às unidades e Casa de Bombas de Água, para alimentação das caldeiras e refrigeração no Processo.

O custo da Refinaria, até hoje, é da ordem de um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros, incluindo-se cerca de 22 milhões de dólares correspondentes a gastos em moedas estrangeiras. Incluindo o acabamento de suas instalações gerais, atingirá a respeitável cifra de um bilhão e oitocentos milhões de cruzeiros.

A falta de um volume adequado de armazenamento de combustíveis é um dos pontos fracos da segurança nacional. Pois bem, o parque de tanques de Cubatão dispõe de um volume de armazenamento superior ao dos demais tanques do país somados, sendo o de óleo bruto suficiente para noventa dias de operação e o de produtos para sessenta dias.

Os produtos são entregues ao consumidor, através de oleoduto, mas a Refinaria está equipada para fazer o carregamento também em caminhões e vagões-tanques.

A Refinaria de Cubatão tem uma capacidade nominal de carga de 45.000 barris por dia de óleo bruto. Iniciou sua operação na unidade "topping" a 31 de janeiro, tendo processado, nos primeiros trinta dias, 1.234.745 barris de óleo cru importado, ou seja, uma média diária de 41.158 barris. Essa média decorre da circunstância de ter sido relativamente pequena, no início, a carga diária de processamento, que, entretanto, se elevou rapidamente, chegando a alcançar, a partir do décimo dia, cerca de 51.000 barris diários, mantendo, desde então, uma média de 46.500 barris. Técnicos americanos, com grande experiência na indústria, declaram que "uma refinaria, em mil, tem essa sorte de operar com capacidade superior à do projeto, nas primeiras semanas de seu funcionamento".

A produção realizada pela Refinaria, nestes seus primeiros trinta dias de operação, pode ser avaliada em US\$ 4,5 milhões, a qual, em contraposição a um gasto de US\$ 3,4 milhões com a importação de óleo cru, indica uma economia líquida de divisas de US\$ 1,1 milhão. Com a entrada em funcionamento, ainda neste semestre, de todas as unidades da Refinaria, a sua produção acumulada, até 30 de junho, equivalerá a cerca de US\$ 24 milhões, utilizando produtos importados cujo valor alcançará apenas US\$ 17,5 milhões. A diferença de US\$ 6,5 milhões constituirá a primeira contribuição da Refinaria de Cubatão para aliviar o orçamento cambial do país, no primeiro semestre de 1955.

A localização da Refinaria de Cubatão é excepcionalmente feliz, pois se acha perto de um porto de mar, o que facilita a entrada e saída de produtos: situa-se no principal centro de consumo do país e tem em sua vizinhança grandes áreas de terrenos e enormes quantidades de massa d'água, extremamente necessárias ao desenvolvimento da indústria do petróleo.

A competente e honrada Diretoria da Petrobrás, em face do êxito alcançado nas operações iniciais, já autorizou pequenas alterações no projeto original, visando ao aumento da capacidade de carga da Refinaria. Essas readaptações para corrigir os "bottle-necks" na produção das refinarias são normais. Em Cubatão, esse aumento da capacidade de carga será obtido por meio do aumento da capacidade de algumas bombas e de áreas de condensação. A Refinaria passará, assim a operar, dentro de poucos meses, com cerca de 60.000 barris diários de carga, ao custo de uma despesa da ordem de US\$ 500.000,00.

Quando desejado, e com uma pequena modificação nas condições de operação e sem nenhum gasto adicional, será também possível produzir cerca de 150.000 litros diários de combustível para aviões de reação a jato semelhante ao atualmente consumido pelos nossos tipos existentes no país, além de solventes industriais tipo aguarrás. Somente deste último produto, nos anos de 1951 a 1953, apesar das dificuldades cambiais, o Brasil importou, em média, por ano, 20 mil toneladas, no valor aproximado de um milhão e meio de dólares.

Quando estiver inaugurada a segunda fase de construção da Refinaria, isto é, quando estiverem operando as demais unidades, inclusive a de "cracking", será melhorada a percentagem de produção de derivados nobres. A gasolina passará de 30% para 45,8%, o óleo Diesel de 15% para 20%, o óleo combustível ("fuel oil") diminuirá de 45% para 32%, enquanto terá início a produção de gás liquefeito na proporção de 2,2% do volume de óleo cru processado.

O Sr. Fernandes Távora — Vossa Excelência dá licença para um aparte?

O SR. JURACY MAGALHAES — Com muito prazer.

O Sr. Fernandes Távora — Li diversas vezes que o projeto da Refinaria de Cubatão era para quarenta e cinco mil barris diários. Agora, segundo afirma V. Ex.<sup>a</sup>, ela está produzindo cerca de sessenta mil barris. Desejava saber qual o recurso posto em prática para esse aumento de 15 mil barris.

O SR. JURACY MAGALHAES — Certamente V. Ex.<sup>a</sup> não ouviu a explicação que dei, no meu discurso, a esse respeito. A capacidade de carga, da Refinaria é de quarenta e cinco mil; e ela já produz, em média, quarenta e seis mil barris diários. Com pequenas modificações nos bottle-necks, poderá aumentar-se a capacidade de carga para 60 mil barris. É este um processo normal em construção de refinarias, as quais depois de inauguradas, sempre revelam pontos onde há congestionamento. Atendido este, a produção fatalmente se eleva. Interessa assinalar, pois é a opinião de técnicos americanos, que uma em mil refinarias construídas, nas primeiras semanas de funcionamento, produz quantidade de petróleo superior à sua capacidade teórica que é, efetivamente, de 45 mil barris.

O Sr. Fernandes Távora — Muito obrigado pela explicação, que me satisfaz imensamente, porque vejo que o Brasil, ao menos uma vez, teve sorte.

O SR. JURACY MAGALHAES — V. Ex.<sup>a</sup> não deve ser tão pessimista. Ademais, Sr. Presidente, a Refinaria de Cubatão já tem estudos prontos para o aumento de sua capacidade para 75.000 barris diários o que facilitará ainda mais a instalação, na venturosa região paulista, de todo um parque de indústrias petroquímicas, destinadas à utilização dos gases e subprodutos da Refinaria.

A Petrobrás já está instalando ao lado da Refinaria de Cubatão uma fábrica de fertilizantes, de custo da ordem de 500 milhões de cruzeiros com capacidade para produzir, diariamente, 100 toneladas de amônia sintética, 180 toneladas de ácido ní-

trico, 350 toneladas de mistura fertilizante e 35.000 metros cúbicos de hidrogênio. Essa produção abastecerá todo o mercado brasileiro de fertilizantes nitrogenados.

O Sr. Kerginaldo Cavalcante — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. JURACY MAGALHAES — Com muito prazer.

O Sr. Kerginaldo Cavalcante — Quero congratular-me com o nobre colega pelas importantes declarações que está fazendo. Depois do discurso que proferi, as palavras de V. Ex.<sup>a</sup> são como o orvalho sobre a relva, trazem aos nossos corações grande alegria, e a todos os brasileiros, viva esperança. Esta é a resposta mais objetiva que se poderia dar aos opositores da Petrobrás.

O SR. JURACY MAGALHAES — Enquanto assistia, encantado, aos debates que V. Ex.<sup>a</sup> travava com ilustres colegas, eu filosofava: ao mesmo tempo em que se discute, com tanto calor, o problema do petróleo, felizmente, os seus derivados saem da Refinaria de Cubatão.

O Sr. Kerginaldo Cavalcante — Graças à luta feroz, titânica e exaustiva dos nacionalistas.

O SR. JURACY MAGALHAES — Creio que o júbilo é geral, não apenas dos nacionalistas.

O Sr. Fernandes Távora — É preciso notar que estamos produzindo gasolina com petróleo estrangeiro.

O SR. JURACY MAGALHAES — (Lendo) — Está montando também uma Fábrica de Asfalto, que deverá entrar em funcionamento até o fim do corrente ano, com uma capacidade de 116.000 toneladas anuais quantidade essa superior ao consumo nacional, que é da ordem de 90.000 toneladas, no valor de US\$ 5 milhões. Essa fábrica custará cerca de US\$ 1,6 milhão e se utilizará de todas as instalações da Refinaria: vapor, energia, depósitos, etc. Será interligada a outras instalações da Refinaria para o aproveitamento, por esta, de seus subprodutos.

Uréia — A uréia é fabricada pela ação da amônia e bióxido de carbono. Pode ser utilizada como fertilizante sólido, plásticos e alimento para gado.

Propileno — Será produzido por Cubatão, a fim de ser vendido como matéria prima para fabricação delicerina, acetona isopropílico e detergentes de ótima qualidade.

Acetileno — Trata-se de um produto químico orgânico para a produção das acrilonitrilas destinadas à fabricação das fibras sintéticas, como o orlon e o plástico neopreno — borracha sintética resistente.

Negro de fumo — Na Refinaria será possível a fabricação de 8.000 toneladas de negro de fumo, o que trará ao país uma economia anual de 3 milhões de dólares. O negro de fumo é usado na fabricação de tintas de pintura, mas o seu emprego principal é na fabricação de pneus, onde entra na proporção de 30 %. Em 1952, o Brasil importou 62 milhões de cruzeiros desse produto.

Butadieno — É o principal constituinte da borracha sintética, e poderá também ser produzido em Cubatão.

Enxofre e ácido sulfúrico — Está em estudo, na Petrobrás, a instalação de uma unidade para recuperação do enxofre ou a fabricação de ácido sulfúrico, partindo do gás sulfídrico que sai livre no processo da Refinaria de Cubatão. A recuperação de enxofre será possível na ordem de 7 toneladas por dia e a produção de ácido sulfúrico será da ordem de 20 toneladas diárias.

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte? (Assentimento do orador) — Constituirá, realmente grande benefício a recuperação do enxofre, matéria prima das mais difíceis, hoje. Os Estados Unidos,



nação que fornecia a maior quantidade para o mundo inteiro, já se está sentindo deficitária.

O SR. JURACY MAGALHÃES — V. Ex.<sup>a</sup> tem toda a razão. Os técnicos em indústria dizem que o ácido sulfúrico é o "pão da indústria".

(Lendo):

Em 1952, o Brasil importou mais de 30.000 toneladas de enxofre, ao custo de cerca de US\$ 4 milhões. O custo dessas instalações é da ordem de 200 mil dólares para a recuperação do enxofre, e de US\$ 450.000.000 para a produção do ácido sulfúrico.

**Benzeno — Tolueno — Xileno — Hidrogênio** — A Petrobrás já dispõe de um estudo completo para a instalação de uma unidade de Reforma Catalítica que permitirá a produção desses produtos orgânicos.

O **Benzeno**, que é um solvente de primeira qualidade, quando combinado com outros derivados, permite a fabricação de vários subprodutos, como os Cumenos, que são produtos básicos para a manufatura de tenol, acetona, fabricação de borracha sintética, etc.

O **Tolueno**, quando combinado com o ácido nítrico, constitui o TNT, tão necessário para a defesa nacional.

O **Xileno**, usado na fabricação de fibra sintética Dacron.

O **Hidrogênio**, produto básico para várias indústrias petroquímicas, como amônia, fertilizantes, etc. O custo da unidade de Reforma Catalítica instalada é de 2 milhões de dólares.

**Eteno** — Está sendo aguardada a aprovação da instalação de uma unidade para manufatura e recuperação de 2.500 toneladas anuais de eteno, ao custo de US\$ 968.270.00 dólares. Esse produto é usado para uma infinidade de manufaturados, como os plásticos, fibras sintéticas, borracha sintética e estireno monomero, produtos esses que várias firmas nacionais estão importando para processamento local e que têm custado, anualmente, cerca de 2 milhões de dólares.

O projeto original da Refinaria permitirá facilmente a recuperação do Eteno. Com esse produto, será possível a instalação, em Cubatão, de uma fábrica de borracha sintética, capaz de superar as necessidades do país, ou seja, 20.000 ou mais toneladas anuais.

O Sr. Vivaldo Lima — O Amazonas poderá fornecer borracha desde que a União ajude o Estado a explorar sua riqueza natural.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Estou de inteiro acordo com Vossa Excelência, no que diz respeito ao fomento da produção da borracha no Amazonas.

O Sr. Vivaldo Lima — Desejo ainda esclarecer que a borracha sintética encontra campo próprio de aplicação em determinados artefatos, não competindo absolutamente com a borracha natural.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Nem pode substituir a borracha natural. Exatamente por isso não vejo contra-indicação ao fomento da produção da borracha sintética no Brasil. Com um programa delineado por V. Ex.<sup>a</sup> e os demais representantes da Amazônia, incentivando a plantação da borracha no Amazonas, poder-se-ia conseguir algo.

Seria interessante lembrar que, em 1952, o Brasil importou cerca de 25 % de suas necessidades, o que custou à nossa balança cambial US\$ 7,2 milhões de dólares.

O Sr. Vivaldo Lima — Exclusivamente devido à inércia e à indiferença dos poderes da República, bem como dos homens, a que tem sido atribuída essa função. O Brasil estaria perfeitamente atendido em suas necessidades se houvesse cumprido o programa de 1952.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Meus votos são para que a experiência dos erros passados contribua para a melhor solução dos problemas do futuro.

O Sr. Vivaldo Lima — E' o que esperar a Amazonia.

O SR. JURACY MAGALHÃES — (Lê):

Com essas iniciativas, Sr. Presidente, estará a Petrobrás contribuindo poderosamente para a batalha do enriquecimento nacional.

E, na hora em que os corações se rejubilam com esta festa nacional, os meus votos são por que o amor ao trabalho, a competência técnica e o patriotismo dos servidores da Refinaria de Cubatão, permitam o crescente aperfeiçoamento da produção e a diminuição dos custos, a fim de que a nossa indústria possa competir com a dos países mais adiantados do mundo. (Muito bem; muito bem, Palmas).

Durante o discurso do Senhor Juracy Magalhães, o Sr. Nereu Ramos deixa a cadeira da Presidência; que é ocupada pelo Senhor Gomes de Oliveira, reassumindo-a posteriormente.

#### O SR. PRESIDENTE:

Ante de dar a palavra ao próximo orador inscrito, comunico ao Senado que o Embaixador do Brasil, junto ao Governo do Paquistão, Sr. João Luiz Guimarães Gomes esteve no gabinete da Presidência para expressar seus agradecimentos pela votação com que foi aprovada a indicação de seu nome.

Tem a palavra o nobre Senador Lúcio Bittencourt.

#### O SR. LÚCIO BITTENCOURT:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, lamentável é a posição de um líder de Partido quando se vê na contingência inelutável de ocupar a tribuna para divergir, frontalmente, da opinião de um colega, para manifestar sua divergência com o ponto de vista do correligionário, para criticar-lhe as atitudes.

Afortunada, feliz é a atitude do líder de Partido que pode vir perante os seus pares e manifestar sua perfeita, sua integral e sua absoluta concordância com os pontos de vista de seus liderados.

Sr. Presidente, grande repercussão teve o discurso, proferido na última sessão do Senado pelo meu querido e eminente colega de bancada, Senador Lourival Fontes.

Com o coração isento de malícia e com a alma limpa de rancor, S. Ex.<sup>a</sup>, expressando opinião puramente pessoal, como declarou à Imprensa, definiu certos princípios, sustentou certos pontos de vista que, como declarei, alcançaram grande repercussão.

Trata-se, sem dúvida, de opinião de S. Ex.<sup>a</sup>, opinião muito legítima, sobre cuja manifestação estamos dispostos a lutar contra tudo e contra todos. Entendemos que o depoimento de ordem individual, de ordem pessoal, alimentado, segundo as práticas democráticas, os debates no seio dos Partidos, e, embora, inicialmente, aqui ou ali possa não haver concordância integral entre todos os componentes de determinado Partido ou determinada bancada, nem por isso, se pode dizer, se pode sustentar ou se pode, sequer, vislumbrar a existência de falta de unidade na bancada. (Muito bem).

E, tamente a minha presença neste momento não é para criticar; não é para analisar o discurso do Senhor Lourival Fontes, que podia proferir-lo e poder proferi-lo, quando bem quizer, — para sustentar os pontos de vista que muito bem entender, no exercício legítimo e democrático de seu mandato legislativo.

O Sr. Juracy Magalhães — Muito bem.

O SR. LÚCIO BITTENCOURT — Apenas, Sr. Presidente, para assinalar certas e determinadas interpretações que foram dadas a esse pronunciamento. E antes de fazê-lo, antes de prosseguir, desejo, mais uma vez, lamentar, como já o tenho feito aqui, a inteligência, a inteligência situação que atravessa a nossa Pátria, em que os homens, porque adotam esta ou aquela ideia, porque sustentam, este ou aquele ponto de vista, são lacerados e criminalmente atacados pelos adversários, com todas as armas, por todos os meios, com todas as contumelias, com todas as injúrias e com todas as aleivosias!

Falsos homens livres esses, Sr. Presidente, que entendem que numa democracia todos têm que pensar pelo mesmo modo; falsos homens livres esses, Sr. Presidente, quando alguém diverge de seus pontos de vista e ideias, se julgam com o direito de criticá-los. Erro de técnica, Sr. Presidente; erro flagrante de técnica, porque se pensam, se julgam, se entendem que por este meio que pela injúria são capazes de nos conduzir ao caminho que quizerem, estão absolutos e fatalmente enganados! Estamos lacerados solidários com o nosso colega Senador Lourival Fontes. E quero reafirmar nesta tribuna, em nome da minha bancada, que qualquer agressão, qualquer contumélia, qualquer injúria feita a um membro juria são capazes de nos conduzir ao bancada indistintamente.

A posição do meu partido é muito clara, muito exata, transcluida, cristalina: é de expectativa, como lhe convém e como convém ao Brasil.

Há tempos, em janeiro, o Presidente do meu Partido remeteu às seções estaduais circular onde dizia:

"No momento, a decisão do PTB será tomada pelo democrático processo de indicação pela Convenção Nacional, órgão supremo de deliberação partidária.

E' importante, consequentemente, que todos os trabalhistas se mantenham em atitude de expectativa, sem assumir compromissos que não tenham a aprovação do Diretório Nacional. Qualquer atitude isolada, nesta altura dos acontecimentos, só poder resultar em prejuízo para o partido que terá a sua unidade abalada. Nossa maior tarefa, portanto, no momento, é trabalhar, sem medir sacrifícios pela coesão dos nossos quadros em todo o Brasil".

Ontem as bancadas do P.T.B. na Câmara e no Senado reafirmaram este ponto de vista. O meu partido não tem compromissos com candidatos ou com outro partido. Está na expectativa; está coligando dados; está examinando a situação e só depois que tiver em mãos os elementos dará sua palavra, pelos órgãos estatutários competentes. Mas é claro, é óbvio, é evidente que não fechamos de modo algum a porta ao candidato cujo nome nos é proposto, embora, por outro lado, a deixemos aberta para examinar a situação da qual aquele outro cujo nome ainda não conhecemos. Entendemos que a fase republicana da solução personalista está inteiramente ultrapassada. Os partidos devem reunir-se não propriamente em torno de homens mas de ideias e princípios, em que essas ideias, esses programas, essas palavras, em última análise, sejam tomadas, não pelo seu conhecimento, mas pelo que realmente significam.

A época do homem cabalístico e providencial já foi ultrapassada. O último homem desse tipo que surgiu em nossa história foi aquele grande estadista, insuperável, o maior de todos os tempos: o grande Vargas. Foi realmente o homem providencial que até na hora da morte soube apresentar-se como uma verdadeira bandeira de fé nos destinos do Brasil! (Muito bem).

Uma coisa porém, é certa. Se ainda não temos ponto de vista definido, em face das correntes partidárias,

se mantemos a porta aberta para examinar os problemas referentes a cada uma das candidaturas que se apresentarem, uma coisa é certa: Senhor Presidente, há algo que significa, traduz de maneira perfeita e exata, o pensamento anônimo, uniforme de toda a minha bancada nesta Casa e na Câmara dos Deputados: Toda a direção do meu Partido e certamente seu eleitorado se mostram contrários, definitivamente, contrários intransigentemente contrários a qualquer solução extra-legal, extra-jurídica (muito bem).

Não admitimos não aceitamos, e mesmo repelimos por todas as formas e com todas as energias, a intervenção de quaisquer partidos ou corporações, seja qual for a força ou poder de que disponham para solução desse caso.

Entendemos que a qualquer partido político é perfeitamente legítimo, lícito — segundo as canções da Constituição e os princípios do Código Eleitoral — fazer registrar seu candidato. Por isso mesmo, embora possamos vir a negar o nosso voto ao Sr. Juscelino Kubitschek, podemos repetir, parodiando velha frase, de que defenderemos até a morte seu direito de ser candidato e o do partido de o haver apontado.

Sr. Presidente, já agora, talvez falando um pouco menos em nome do meu partido e um pouco mais no meu próprio, eu me permito fazer uma análise da situação política atual, da conjuntura presente. Vejo, então, para exame efetivo do meu partido, três soluções: a da candidatura do P.S.D. à dita chamada União Nacional e, por fim, a do candidato próprio do meu partido.

Sr. Presidente, vou manifestar-me a respeito de cada uma delas. Temos o problema da candidatura do P. S. D. Sem dúvida alguma, seria mais fácil um camelo passar pelo fundo de uma agulha do que o P. S. D. vir a aprovar candidato do P. S. D., segundo dizem. Realmente, as correntes são várias, as opiniões se dividem. E que se verifica e que se observa?

O analista político facilmente verifica que a candidatura do honrado governador mineiro, de fato, tem crescido, de fato tem deitado um pouco de raiz no coração do povo. Mas se isto ocorre, se isso acontece, deve-se muito menos ao seu próprio trabalho do que ao dos seus amigos, pela forma extraordinária de algumas inepcias com que agiram seus opositores.

Por outro lado, surgem aqui e ali acusações a certos elementos, certas pessoas do P. S. D., de que causaram a Vargas, nos seus últimos dias, graves e sérias atribuições.

Sr. Presidente, data-venia dos que assim pensam e sustentam, declarar um erro generalizar, como também, nós, do P. T. B. nos revelamos, contra certas revelações a nosso respeito. No P. S. D. há homens que, de fato, se mantiveram intransigentes até a morte de Vargas. Poderia citá-los dentro do Senado, poderia citar Tancredo Neves, poderia citar Antonio Balbino; poderia citar Gustavo Capanema, e bem assim Juscelino Kubitschek, que recebeu o Presidente, poucos dias antes do golpe de 24 de agosto, com toda elevação e dignidade, e no dia de sua morte ainda aqui esteve, para levar-lhe as últimas despedidas.

Não é possível, portanto, generalizar-se; não é possível, portanto, tachar a carapuça a todos; não é possível lançar anátemas a todos os membros do Partido Social Democrático.

Mas, se essa razão, se esse motivo não me parece ponderável para que o P. T. B. recuse ao P. S. D. apoio ao candidato por este apresentado, outras razões existem da maior gravidade. São razões de ordem doutrinária.

Faço questão de afirmar perante meus eminentes colegas do P. S. D. que não vai, na minha criação, nenhuma crítica ao Partido de V. Excelência. Estou fazendo apenas uma análise, um honesto e sincero estudo do qual se possa tirar alguma coisa. Mas, infelizmente, o fascínio pelo poder, o predomínio, digamos assim, de grupos econômicos dentro do P. S. D., a falta de firmeza do P. S. D. na defesa dos nossos recursos naturais e em certos problemas fundamentais que interessam ao trabalhador — e cito o caso da pluralidade sindical, além de vários outros. Recordo ainda que nos últimos dias de sua representação na Câmara dos Deputados, V. Ex.<sup>a</sup> Sr. Presidente, assistiu o seguinte fato: quando se discutia ali o problema do aumento do imposto de consumo, fui a tribuna em nome de todos os membros do P. T. B. naquela Casa, porque eles me fizeram assumir naquele momento, a liderança, e adverti ao P. S. D. que tivesse muito cuidado porque para darmos nosso apoio a um candidato, precisaríamos ter a certeza de que, ele, P. S. D., seria capaz de marchar conosco na reivindicação do povo e dos trabalhadores.

E o que se viu, Sr. Presidente, foi o Sr. Café Filho chamar os líderes do P. S. D. ao Palácio do Catete, no dia seguinte, todo ele era uma grande máquina, firme, rija, na defesa do aumento do imposto de consumo, que é típica, e indiscutivelmente, imposto contra o pobre e os pequeninos menos favorecidos da fortuna.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Combati esse imposto antes de vir para o Senado.

O SR. LUCIO BITTENCOURT — Exatamente. Lembro-me do belíssimo curso que V. Ex.<sup>a</sup> proferiu.

O Sr. Apolônio Sales — Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. LUCIO BITTENCOURT — Pediria a V. Ex.<sup>a</sup> que deixasse concluir meu raciocínio.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — V. Ex.<sup>a</sup> faz análise de princípios.

O Sr. Apolônio Sales — Apenas desejava saber se V. Ex.<sup>a</sup> está falando nesse trecho, sem dúvida inflamado de seu discurso, em nome próprio, ou no do Partido? Refiro-me a esse último trecho em que V. Ex.<sup>a</sup> analisa a posição do Partido Social Democrático, porque, segundo entendi, Vossa Ex.<sup>a</sup> dizia que era pensamento pessoal, mas queria saber para ter certeza.

O SR. LUCIO BITTENCOURT — No meu discurso, como aliás procurei pôr em relevo, até o ponto em que dei a definição exata da Direção Nacional, das Bancadas e do Presidente do Partido. Sr. João Goulart, falei em nome do partido.

Mas na realidade não tenho autorização para tanto. Assim, externo meu ponto de vista pessoal.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — V. Ex.<sup>a</sup> é de uma clareza meridiana; fez uma distinção perfeita, de sorte que apreendemos perfeitamente seu pensamento.

O SR. LUCIO BITTENCOURT — Sr. Presidente, como dizia, o problema é doutrinário. O P.S.D. é um partido centrista, um partido conservador por excelência; o P.T.B. é um partido de esquerda. De esquerda, sim, de esquerda por extenso, como de esquerda foram os princípios pregados por Leão XIII na encíclica "De Rerum Novarum"; de esquerda, como se encontram na encíclica "Quadragesimo Anno", de Pio XI; como de esquerda são os documentos que Marcel Clement deu a lume em fins do ano passado em seu magnífico livro "L'Economie Sociale" subscrito por Pio XII; como de esquerda são as idéias e pensamentos desse grande escritor francês, Jacques Maritain, na campanha e luta contra as graves e profundas injustiças sociais do Estado burguês contemporâneo.

E claro, Sr. Presidente, que certas coisas que sustentamos não podem ser feitas pelo P.S.D.; é claro que certos pontos de vista que defendemos não podem ser admitidos pelo P.S.D. Se viessemos aqui dizer, como faz a Constituição italiana, que a nossa democracia é fundada sob o trabalho — *fondata sul lavoro* — isso causaria apicências; se viessemos aqui defender o princípio que se encontra no Preambulo da Constituição francesa de 1946, que exige, impõe, determina, a participação dos empregados nos lucros das empresas, sem dúvida todos diríamos que é comunista, nada mais que comunista, nada além que comunista.

Entendo, porém, que poderemos chegar a uma solução.

Para mim, pessoalmente, que sem dúvida alguma desejo ver um mineiro na presidência da República, seria sobremaneira agradável que os nossos dois partidos — P.S.D. e P.T.B. — gerados no mesmo cérebro que foi o de Getúlio Vargas, chegassem a um perfeito entendimento, conseguissem, realmente, uma forma pela qual pudessem caminhar de braços dados na batalha da sucessão.

O Sr. Vivaldo Lima — Tornaram-se, apenas, irmãos de criação. Assim aconteceu no Amazonas.

O SR. LUCIO BITTENCOURT — Desejo, sinceramente, que essa fórmula venha a ser encontrada, o que até agora não aconteceu. Desejo, também, que ao nosso partido possam ser dadas garantias completas e firmes do nosso ponto de vista mínimo, que seria efetivamente pôsto em execução.

Sr. Presidente, teríamos, então, outra solução: a da chamada União Nacional.

Será preciso, também neste caso, agirmos com a maior cautela e o maior cuidado, para que não sirvamos de "inocentes úteis", a serviço exclusivo dos nossos inimigos.

A tese é, sem dúvida, bonita e sedutora. Mas quem nos diz que para vencer o unicórnio, seja preciso um abraço em comum para que, como nos tempos da lenda, ele se curve mansamente e vençido? Quem nos diz, quem nos garante, que a ninfa, que com o seu beijo pretende acordar o leão que parece adormecido, não traz no coração o travo da insidia e da maldade? Quem nos garante que no cálice de ouro em que nos exibem o vinho da Eucaristia não se encontra também o veneno, o veneno da perversidade?

Quem nos assegura que, sob o burel monástico, não se esconde o sicário assassino?

Sr. Presidente, a nossa experiência é amarga. Sabemos muito bem — e temos bem viva na memória — aquela afirmação de Antonio, o mercador de Veneza: "Até o Diabo é capaz de citar as Escrituras" — "The devil can cite Scripture for his purpose".

Conhecemos, igualmente, o teor, a força, a determinação e o espírito do nosso inimigo, que se apresenta exatamente como Shakespeare o enunciava:

"Stony adversary...  
Uncapable of pity, wide and empty  
From any charm of mercy"

Certo, Sr. Presidente, somos por uma solução alta. Desejariamos, sem dúvida, a união de todos os brasileiros. Aspiramos à tranquilidade e ao bemestar de todo o povo da nossa terra, sem quebra, naturalmente, dos princípios democráticos e do livre direito de escolha da população brasileira.

Seria porém difícil, por sem dúvida — e falo aqui, realmente, em caráter estritamente pessoal — pretendermos dar o apoio do meu Partido, o apoio dos trabalhistas, dos homens que seguiram Getúlio Vargas, a qualquer pessoa diretamente comprometida no golpe branco e na traição monstruosa de 24 de agosto!

Penso, aliás — e me permito lembrá-lo — que esse convite, que essa luta pela união nacional não apresenta qualquer novidade. O de que se fala agora — de que se pretende juntar todas as forças políticas em benefício coletivo — que novidade encerra?

O Presidente Getúlio Vargas já pregava, já dirigia à Nação em todos os discursos, sempre e sempre, diariamente, apelo, para o qual jamais encontrou ou conseguiu resposta, no sentido do benefício, da defesa, da segurança, da felicidade do País.

Sr. Presidente, entendo, mesmo — e repito é ponto de vista meramente pessoal — que se nos inclinássemos por solução dessa ordem, a cúpula do meu Partido marcharia para um lado e o eleitorado para outro.

Em todo caso, dado esse nosso propósito, dada essa nossa orientação; dado esse nosso desejo de um congruamento geral; dado ainda que, embora com o coração e a alma cobertos de cicatrizes, estamos, porém, como salientou o nobre Senador Lourival Fontes, isentos de malícia e limpos de rancor, sem dúvida é possível e desejável surja um candidato capaz de merecer o apoio conjunto dos Partidos, surja alguém que possa, de fato, conseguir a união nacional, que todos, evidente e indistintamente almejamos.

Sr. Presidente, teríamos, então, outra solução, dentro do meu Partido — a do candidato próprio.

É para nós — embora, como acentuei, externando meu ponto de vista individual neste caso, penso, traduzo a vontade, o desejo e o pensamento da grande maioria — é para nós a última solução, a solução menos desejada porque, Sr. Presidente, estamos nesta porfia, entramos nessa contenda sem nenhum propósito de disputar cargos e empregos.

Não é esse nosso objetivo; não visamos a cargos públicos nem a mandatos políticos como um fim em si mesmo; mas penas como um instrumento para a realização de alguma coisa superior, como instrumento de concretização do nosso programa.

Dentro dessa ordem de idéias, se efetivamente conseguirmos que outro Partido nos dê a garantia e a segurança de que o programa mínimo por nós traçado será devidamente cumprido, então, Sr. Presidente, se conseguirmos a certeza de que, sem risco algum, enfrentaremos as eleições, se poderemos fazer com que esse nosso ponto de vista se imponha, embora através de outro Partido, nada mais pretendemos, porque, como disse, não é o poder que nos fascina e, sim, o bem do povo.

Quem sabe, Sr. Presidente, lançado nosso candidato, quem sabe se de fato não poderia surgir em torno dele a famosa e chamada "união nacional"?

Sr. Presidente, peço perdão pela delonga, por estar tomando por tanto tempo a atenção de meus eminentes colegas.

O Sr. João Villasboas — O Senado está ouvindo V. Ex.<sup>a</sup> com toda a atenção.

O Sr. Lima Teixeira — V. Ex.<sup>a</sup> está proferindo notável discurso.

O SR. LUCIO BITTENCOURT — Muito obrigado aos nobres colegas.

Sr. Presidente, uma coisa é indiscutível: temos um propósito inabalável e dele ninguém nos demoverá; defendemos, de qualquer modo, a unidade e a independência de nosso Partido, a unidade de nossa Bancada, a unidade de nossas forças eleitorais, a unidade de nossa direção partidária. Não seremos, de maneira alguma, caduquinhos de nenhum outro Partido.

Podem pressionar como quiserem, podem atirar contra nós as injúrias e os baldões que entenderem. Nada nos demoverá. Apenas nos pronunciaremos na ocasião que julgarmos oportuna, conveniente, quando sentirmos seja para o bem do povo.

Nossas tropas e nossos companheiros não de marchar por entre as águas do Mar Vermelho, embora fervejam em torno delas as ondas que se elevam; e não de chegar ao outro lado perfeitamente inatingíveis, porque conduziremos conosco uma legenda formidável, um escudo que é o pálio de todas as nossas vitórias — a fé no Brasil e a segurança de estarmos cumprindo um programa legítimo, são, honesto.

Podem ainda, Sr. Presidente, nessa nossa determinação, nesse nosso desejo de continuar lutando por alguma coisa quase que imaterial, enquanto outros vêem e buscam o material, quando todos querem os cargos e as posições dos quais abrimos mão, quando todos querem impor princípios e nós apenas defendemos princípios, podem até nos apresentar como loucos, e comparar-nos ao da velha lenda cristã, que trouxe ao seu supulcro a vela acesa para com ela acender o cirio de Florença; pode ser, também, Sr. Presidente, que nos vejamos como aquele pobre louco de Rabindranath Tagore que na praia caminhava de um lado para outro, suarento, desganhado, até que, em determinado momento, um menino lhe disse: quem transformou em ouro a sua corrente de ferro? Então olhou e achou que, realmente, havia ocorrido a transmutação. E ele que tinha o hábito de apalpar pedrinhas e com elas friccionar seu cinto e sua corrente, começou a voltas, a seguir novamente pela praia, à procura de pedra filosofal, até que, à tarde, quando o sol, cobrindo de ouro todo o céu fora deitar-se no ocaso, ele ainda ali se encontrava com o coração ao solo, como uma árvore arrancada pela raiz.

Sr. Presidente, o que queremos é exatamente isso, que nos deixem escolher o nosso candidato quando assim o entendermos, quando o quisermos; permitam-nos ficarmos em nosso tugúrio, lutando, sempre e sempre, pela descoberta da pedra filosofal, que dará bem estar ao povo e promoverá a grandeza do Brasil. (Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado.)

O Sr. Othón Mäder (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, o Estado do Paraná é daqueles que pouco, ou quase nada, pedem à União. Seu desejo é contribuir, cada vez mais, para o enriquecimento do país. E tanto assim é que estamos recebendo, de todas as partes do meu Estado, pedidos para que nos interessemos junto às autoridades da União no sentido de que as coletorias federais naquele Estado e as repartições do Correio sejam providas de selo adesivo e selo postal em quantidade suficiente para atender à grande procura.

Recebi telegramas, de Ponta Grossa, dizendo que, naquela cidade, se faz sentir absoluta falta de selos de pequeno valor, o que acarreta sérias dificuldades ao comércio e aqueles que são obrigados a utilizar selos adesivos.

De outras partes também me foram enviados telegramas. A Associação Comercial do Paraná, através do seu presidente, reclama mais uma vez a necessidade da repartição dos Correios ser provida de um estoque suficiente de selos, pois não são eles encontrados nem no Correio de Curitiba nem no do interior.

Dai, Sr. Presidente, minha presença nesta tribuna para transmitir o pedido de meus conterrâneos no sentido de que as Coletorias e as repartições dos Correios do Paraná tenham suficiente estoque de selos.

Essa a reclamação que faço e o pedido que endereço, não só ao Diretor Geral do Departamento dos Correios e Telégrafos como, também, ao Departamento competente do Ministério da Fazenda. O Paraná não deseja outra coisa senão contribuir para aumentar cada vez mais a renda da União naquele Estado. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE:**

Havendo desistido da palavra o nobre Senador Lourival Fontes, deu-a ao nobre Senador Guilherme Malaquias. (Pausa).  
Não se achando no recinto o nobre Senador Guilherme Malaquias, continua livre a palavra ao Senador que dela quiser fazer uso.

**O SR. LIMA TEIXEIRA:**

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, no dia 10 do mês próximo passado, tive ensejo de apresentar ao Senado um requerimento de informações, que deveria ser encaminhado ao Sr. Ministro da Fazenda, a fim obter esclarecimentos do Banco do Brasil sobre o novo regulamento da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial. Indagava-se, também, das razões pelas quais não haviam sido ainda postos em execução determinados dispositivos, especialmente os relacionados com a instalação de escritórios do Banco do Brasil nos municípios onde até agora não existem agências.

Sr. Presidente, são decorridos perto de vinte e cinco dias, e ainda não chegaram as informações. Para que não atinja o prazo máximo de trinta dias, aproveito a oportunidade para consignar a advertência: A Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil ainda não enviou as informações pedidas.

Estas, Sr. Presidente, as declarações que desejava fazer ao Senado.

**O SR. COIMBRA BUENO:**

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, estando em pauta, no momento, justamente a questão do preço da gasolina, venho alertar o Senado sobre projeto ora em fase final, na Câmara dos Deputados, relativo à unificação dos preços de combustíveis líquidos em todo o território nacional, e sobre as consequências diretas, para o interior do país, do aumento, presentemente decretado no preço da gasolina, que poderá ser fatal para algumas zonas de produção do Brasil.

Saliento a oportunidade do projeto referente à unificação dos preços de combustíveis líquidos, que tanta celeridade vem alcançando. O interior do país não poderá resistir ao impacto dos aumentos ora previstos, que farão sentir do maneira excepcionalmente grave em relação ao que vivem produzindo e lutando no interior.

Assim, peço a atenção do Senado para a próxima tramitação nesta Casa, desse projeto de unificação de preços de combustíveis líquidos que poderá servir de paliativo, e, também, de elemento de justiça e cooperação para os que labutam e produzem no interior de nosso país. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE:**

Não havendo mais quem faça uso da palavra, vou encerrar a sessão.

Antes, porém, devendo encerrar-se hoje a presente Sessão Extraordinária, o Sr. 1.º Secretário procederá a leitura da resenha dos trabalhos desta Casa, neste período.

O Sr. 1.º Secretário lê o seguinte

**RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA**

Sobre os trabalhos do Senado, na 1.ª sessão legislativa extraordinária da 3.ª legislatura (de 7 de fevereiro a 9 de março de 1955),

apresentado no ato do encerramento da mesma sessão legislativa, pelo Senador Nereu Ramos, Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

Senhores Senadores:  
Em obediência à praxe vigente, trago ao conhecimento do Senado a resenha dos trabalhos desta Casa na sessão legislativa compreendida entre

7 de fevereiro e 9 de março do ano em curso.

**INICIO DA LEGISLATURA**

A 1.ª de fevereiro teve início o prazo da terceira legislatura do Congresso Nacional no regime instituído pela Constituição de 1946.

A Resolução n.º 30, de 1954, previra que, no ano inicial da legislatura, o Senado se reunisse em sessões preparatórias a partir de 1.º de fevereiro, para a posse dos novos Senadores, entrando depois em recesso até 15 de março, data da instalação da primeira sessão legislativa ordinária.

A superveniência da convocação, feita nos termos do art. 39, parágrafo único, da Constituição Federal, por mais de um terço dos membros da Câmara dos Deputados, deu motivo a que se iniciasse em sessão extraordinária a atividade do Congresso nesta legislatura.

A 31 de janeiro havia terminado o mandato de 42 Senadores. No pleito realizado a 3 de outubro de 1954 para preenchimento dessas cadeiras, cito dos seus então ocupantes tiveram renovada a representação dos respectivos Estados nesta Casa, os Srs. Senadores Alvaro Adolfo e Magalhães Barata, pelo Pará; Victorino Freire, pelo Maranhão; Matias Olímpio, pelo Piauí; Georgino Avelino, pelo Rio Grande do Norte; Novais Filho, por Pernambuco; Atílio Vivacqua, pelo Espírito Santo e João Villasboas, por Mato Grosso.

Na reunião preparatória de 1.º de fevereiro foram empossados os Senhores Senadores:

**Amazonas:**

Antônio Rodrigues Mourão Vieira.  
Leopoldo Tavares da Cunha Melo.

**Pará:**

Alvaro Adolfo da Silveira.  
Maranhão:  
Sebastião Archer da Silva.  
Victorino de Brito Freire.

**Piauí:**

Leônidas de Castro Melo.  
Matias Olímpio de Melo.

**Ceará:**

José Parsifal Barroso.  
Manoel do Nascimento Fernandes Távora.

**Rio Grande do Norte:**

Dinarte de Medeiros Maria.  
Georgino Avelino.

**Paraíba:**

João Cavalcanti de Arruda.

**Pernambuco:**

Jarbas Cardoso de Albuquerque Maranhão.  
Antonio Novais Filho.

**Alagoas:**

Antônio de Freitas Cavalcanti.  
Ruy Soares Palmeira.

**Sergipe:**

Augusto Maynard Gomes.  
Lourival Fontes.

**Bahia:**

João de Lima Teixeira.  
Juracy Montenegro Magalhães.

**Espírito Santo:**

Ary de Siqueira Vianna.

**Rio de Janeiro:**

Paulo da Silva Fernandes.  
Tarcísio d'Almeida Miranda.  
Distrito Federal:  
Aguinaldo Caiado de Castro.  
Gilberto Marinho.

**São Paulo:**

Auro Soares de Moura Andrade.  
Juvenal Lino de Matos.

**Paraná:**

Alô Ticoulat Guimarães.  
Moisés Lupion.

**Santa Catarina:**

Nereu de Oliveira Ramos.  
Saulo Saul Ramos.

**Rio Grande do Sul:**

Armando Pereira da Câmara.  
Daniel Krieger.

**Minas Gerais:**

Benedito Valadares Ribeiro.  
Carlos Alberto Lucio Bittencourt.

**Mato Grosso:**

Filinto Müller.  
João Villasboas.

**Goiás:**

Jerônimo Coimbra Bueno.  
Pedro Ludovico Teixeira.

Em datas posteriores se verificou a posse dos demais eleitos a 3 de outubro do ano passado, a saber:

Magalhães Barata — 11-2-55.

Atílio Vivacqua — 2-2-55.

Argemiro Figueiredo — 8-2-55.

A 2 de fevereiro, ainda em reunião preparatória, de acordo com a Resolução n.º 30, de 1954, se procedeu à eleição da Mesa.

**INSTALAÇÃO DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

Publicados os atos convocatórios no Diário do Congresso Nacional nos dias 4 e 5 de fevereiro e encaminhados ao Senado pelo Presidente da Câmara dos Deputados com o ofício de 3 de fevereiro, realizou-se a 7 de fevereiro a sessão conjunta da instalação da sessão legislativa extraordinária assim convocada, passando as duas Casas do Congresso Nacional a funcionar isoladamente a partir do dia seguinte.

**SESSÕES REALIZADAS**

Foram em n.º de 14 as sessões do plenário, todas em dias de funcionamento normal do Senado e à hora regimental. Não houve sessões extraordinárias.

**COMISSÕES PERMANENTES**

A circunstância de se tratar de sessão legislativa inicial de legislatura tornou necessária a recomposição das Comissões Permanentes, que haviam ficado desfalcadas da maioria dos seus membros.

Essa providência foi tomada de acordo com as normas estabelecidas no art. 60 e seu § 1.º do Regimento, por meio de indicações feitas pelos líderes dos partidos com representação nesta Casa, dadas a conhecer pela Mesa na sessão de 10 de fevereiro.

**TRABALHO PRODUZIDO**

*Atividade Legislativa*

Teve início no Senado um projeto de lei, que ainda permanece em estudo.

De sessões legislativas anteriores, originárias do Senado, tiveram andamento e foram ultimados 3 (2 pela aprovação em 2.ª discussão e 1 pela rejeição). Continuam em estudo 133.

Da Câmara dos Deputados foram recebidos 14 projetos de leis, encaminhados ao exame das Comissões. De sessões legislativas passadas foram apreciados pelo plenário 12 sendo ultimados 11 (8 pela aprovação definitiva e 3 pela aprovação com emendas).

Chegou ao Senado, no mesmo período, 1 projeto de decreto legislativo procedente da outra Casa do Congresso. De proposições dessa natureza recebidas anteriormente 3 foram apreciadas e aprovadas.

Os projetos ultimados foram os seguintes:

Do Senado (remetidos à Câmara):  
11-54 — Da normas ao gênero dos nomes designativos das funções públicas;

60-54 — Dispõe sobre publicações periódicas ilustradas e publicações destinadas à infância.

**Da Câmara:**

1) — aprovadas e encaminhadas à sanção:

246-53 — Modifica o parágrafo único do art. 1.º do Decreto-lei n.º 5.087, de 14 de dezembro de 1942, que dispõe sobre a cobrança de prêmios pela Caixa de Aposentadoria e Pensões de Serviços Aéreos e Telecomunicações em sua Carteira de Acidentes do Trabalho;

173-54 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 195.261.000,00, para ocorrer a despesas com a concessão de auxílio à Cia. Nacional de Navegação Costeira;

176-54 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 192.399.473,30, para completar o pagamento da quota do imposto de renda devido aos municípios e referente ao exercício de 1953;

177-54 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Tribunal de Contas, o crédito especial de Cr\$ 23.523,50, destinado a ocorrer a despesas com o pagamento de salários-família, ajudas de custo, vencimentos, etc.;

210-54 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Tribunal de Contas, o crédito especial até o limite de Cr\$ 94.000,00 destinado ao pagamento das despesas provenientes de substituições do pessoal do mesmo Tribunal;

215-54 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, para auxiliar a reconstrução dos edifícios escolares do Ginásio São Jacó, em Nova Hamburgo, Estado do Rio Grande do Sul;

245-54 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 367.718,10, para atender ao pagamento de gratificação de magistério a professores do mesmo Ministério.

1-55 — Modifica o art. 1.º da Lei n.º 1.122, de 3 de junho de 1950, que concede pensão especial a Georgina Precht, viúva de Eugênio Precht.

2) — devolvidos com emendas do Senado:

29-51 — Altera a carreira de Oficial Administrativo do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda, e dá outras providências;

254-52 — Fixa a composição da reserva do Exército;

239-54 — Concede franquia postal e telegráfica à correspondência da Comissão Nacional do Brasil da União Geográfica Internacional e dá outras providências.



## ATIVIDADE FISCALIZADORA

Registraram-se 4 requerimentos de informações, assim discriminados:  
78-55 — do Senador Lima Teixeira ao Presidente do Banco do Brasil, sobre a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial.

88-55 — do Senador Lúcio Bittencourt ao Ministro das Relações Exteriores, sobre compromisso assumido pelo Governo brasileiro a respeito da presidência da Corte Internacional de Justiça na eleição do Sr. Levi Carneiro;

91-55 — do Senador Mourão Vieira ao Sr. Ministro da Fazenda sobre o montante dos lucros das companhias fabricantes de artefatos de borracha, desde que entrou em vigor a Lei que determinou a aplicação de 20% des-

ses lucros no plantio da seringueira no Brasil;

91-55 — do Senador Ezequias da Rocha sobre terrenos de marinha;

92-55 — do Senador Mourão Vieira ao Sr. Ministro da Agricultura sobre as plantações de seringueiras efetuadas na vigência da Lei que manda aplicar 20% dos lucros das companhias fabricantes de artefatos de borracha, em território nacional.

## COLABORAÇÃO COM O EXECUTIVO NA ESCOLHA DE AUTORIDADES

Deu o Senado o seu assentimento à escolha do diplomata João Luis de Guimarães Gomes para o cargo de Chefe da Missão diplomática perma-

nente do Brasil junto ao Governo do Paquistão.

## ATIVIDADE PERTINENTE A COMPETÊNCIA DO SENADO

Foram apresentados dois projetos de resolução:

Um, em plenário, com o fim de aumentar o número de membros da Comissão de Finanças;

Um, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores, pertinente a matéria do art. 49 da Constituição Federal.

O primeiro continua em estudo e o segundo já foi aprovado, constituindo Resolução n.º 6, de 1955, promulgada a 2 do corrente mês.

## ATOS LEGISLATIVOS SANCIONADOS E PROMULGADOS

Nesta sessão legislativa foram remissidos à Presidência da República, 8 projetos, dos quais já foram sancionados, 4.

Pelo Presidente, em exercício, do Senado, foram promulgados 17 decretos legislativos, todos votados na sessão legislativa anterior.

## TRABALHO DAS COMISSÕES

A colaboração prestada pelas Comissões para o estudo das proposições submetidas à deliberação do Senado pode ser assim sintetizado:

Comissões	Reuniões	PROJETOS		Diligências	Ofícios
		Distribuídos	Relatados		
Constituição e Justiça .....	2	111	—		
Diretoria .....	—	—	—		
Economia .....	2	23	2		
Educação e Cultura .....	1	—	—		
Serviço Público Civil .....	1	15	—		
Redação .....	3	—	78		
Saúde Pública .....	1	6	—		
Transportes, Comunicações e Obras Públicas .....	1	—	—		
Finanças .....	3	184	25	8	
Legislação Social .....	1	16	—		
Relações Exteriores .....	3	11	—	—	1
Segurança Nacional .....	1	12	—		

## Serviços auxiliares

A estatística da atividade dos serviços auxiliares registrou o seguinte:

## Secretaria Geral da Presidência

Mensagens .....	13
Ofícios .....	8
Telegramas .....	1.011
Cartas .....	29
Stencils .....	20

## Diretoria do Arquivo

## Documentos arquivados

Projetos (originais) .....	92
Avulsos .....	12.600
Órgãos oficiais .....	1.100

## Requisições atendidas

Projetos (originais) .....	3
Avulsos .....	215
Órgãos oficiais .....	54

## Diretoria da Ata

## Atas impressas

Do Senado .....	1
Do Congresso .....	2

## Atas dactilogradas

Do Senado .....	8
Avulsos impressos .....	121

## Diretoria da biblioteca

## Aquisições

Por compra .....	—
Por doação .....	150

## Movimento de consultas

Requisições atendidas .....	41
Livros emprestados .....	25
Livros consultados na Biblioteca .....	46

## Diário Oficial, Justiça, Congresso Nacional e Volumes de Leis

Empréstados .....	45
Consultas na Biblioteca .....	57
Volumes .....	173

## Assuntos mais procurados

Legislação .....	102
Direito Constitucional .....	16
Direito Civil .....	14
Direito em Geral .....	25
Assuntos diversos .....	16
	173

## Trabalhos de conservação

Foram expurgados .....	1.100
Foram restaurados e lavadas páginas de 8 das obras raras que estão sendo selecionadas.	

Construção de um aparelho para preparo de água chlorada, a ser usada na lavagem de livros.

## Diretoria do Expediente

1 — Seção do Expediente	
Mensagens .....	47
Ofícios .....	155
Autógrafos .....	147
2 — Seção do Protocolo	
Mensagens recebidas .....	35
Ofícios recebidos .....	19
Informações .....	6

## Diretoria de Publicações

Foi distribuído o volume do "Diário do Congresso Nacional (Seção II — Senado) correspondente ao mês de dezembro de 1954.

Foram revistas 116 provas de avulsos e conferidas 121.

Dentre os avulsos publicados destacam-se a Consolidação do Regimento Interno, o Projeto de Resolução n.º 2, de 1955, que reforma o Regimento Interno, e o Regimento Comum do Congresso Nacional.

## Diretoria de Contabilidade

Fólias de pagamento .....	119
Envelopes barr. pagamento .....	278
Cheques para pagamento .....	263
Certidões .....	19
Averbações de empréstimos .....	24
Escrituração no Livro-Fólia de pagamento .....	326
Requerimentos .....	33

## Ofícios:

Recebidos .....	3
Expedidos .....	6
Portarias .....	19
Balançetes extrafideis .....	2
Orçamentos .....	3
Faturas conferidas e processadas .....	29
Comprovantes de despesas lançadas .....	37

## Diretoria do Pessoal

Publicações diversas .....	48
Comunicações .....	6
Listas de antiguidade fornecidas .....	3
Anotações diversas .....	145
Informações .....	16

## Diretoria da Taquigrafia

Discursos proferidos na presente sessão legislativa:

Discursos	Número	Discursos	Número
<b>Amazonas</b>		<b>Rio de Janeiro</b>	
Vivaldo Lima .....	1	Paulo Fernandes .....	2
Mourão Vieira .....	1		
<b>Pará</b>		<b>Distrito Federal</b>	
Alvaro Adolfo .....	1	Guilherme Malaquias .....	5
		Calad ode Castro .....	1
<b>Ceará</b>		Gilberto Marinho .....	1
Onofre Gomes .....	2	<b>Minas Gerais</b>	
Fernandes Távora .....	1	Lúcio Bittencourt .....	4
<b>Rio Grande do Norte</b>		<b>São Paulo</b>	
Kerginaldo Cavalcanti .....	2	Lino de Matos .....	1
<b>Paraíba</b>		<b>Goiás</b>	
Rui Carneiro .....	1	Domingos Velasco .....	4
Argemiro de Figueiredo .....	2	Coimbra Bueno .....	2
		Pedro Ludovico .....	1
<b>Pernambuco</b>		<b>Mato Grosso</b>	
Apolônio Sales .....	3	João Vilasboas .....	1
<b>Alagoas</b>		<b>Paraná</b>	
Freitas Cavalcanti .....	1	Oton Mäder .....	1
Rui Palmeira .....	1		
Ezequias da Rocha .....	1	<b>Santa Catarina</b>	
<b>Sergipe</b>		Gomes de Oliveira .....	2
Lourival Fontes .....	1	Nereu Ramos .....	3
		Saulo Ramos .....	1
<b>Bahia</b>		<b>Rio Grande do Sul</b>	
Juraci Magalhães .....	3	Daniel Krieger .....	1
Lima Teixeira .....	3		
<b>Espírito Santo</b>			
Art Viana .....	1		

## Vagas e Substituições

## Missões no Estrangeiro

Continua vaga uma das cadeiras da representação maranhense, pela renúncia, na sessão anterior, do Senhor Senador Antônio Baima e seu suplente.

Em 12-2-1955 foram concedidos ao Sr. Senador Auro de Moura Andrade 95 dias de licença, tendo sido convocado para substituí-lo o seu suplente, Sr. Paulo Abreu, que prestou compromisso em 15 de fevereiro

Acha-se ausente do país, participando da Conferência Internacional de Investimentos, em Nova Orleães, Estados Unidos da América, o Senhor Senador Atilio Vivaqua. De conformidade com o disposto na Resolução n.º 5 de 1955, Sua Excelência foi portador de mensagem de apreço desta Casa ao Senado norte-americano.

Autorizado pelo Senado (Resolução n.º 6-55), recebeu o Sr. Senador

Bernardes Filho a honrosa incumbência de chefiar a delegação do Brasil à posse do Conselho do Governo da República Oriental do Uruguai.

## Comemorações

Por proposta do Sr. Senador Gilberto Marinho, foi inserto em ata voto de congratulações do Senado pelo transcurso do 75.º aniversário do Deputado Flores da Cunha. 1.º Vice-Presidente da Câmara dos Deputados.

## Registro de pesar

O falecimento dos Dds. Pedro Gil- seier Chermont de Miranda, e Luiz Silveira antigos membros da Câmara dos Deputados, foi registrado no Senado com voto de pesar proposto pelos Srs. Senadores Alvaro Adolfo, e Ezequias da Rocha, respectivamente.

## Resoluções Promulgadas

Foram as seguintes as resoluções promulgadas pelo Vice-Presidente do Senado no exercício da Presidência: N.º 5, de 1955 — que concede licença ao Senador Atilio Vivaqua para participar da Conferência Interamericana de Investimentos a realizar-se em Nova Orleães, em fevereiro próximo.

N.º 6, de 1955 — que concede ao Senador Bernardes Filho licença para chefiar a Embaixada especial que representará o governo brasileiro na posse do Conselho de Governo da República Oriental do Uruguai.

## Sessões Conjuntas

Concorreu o Senado para a realização de 4 sessões conjuntas do Congresso Nacional, sendo: uma, para instalação da sessão legislativa, a 7 de fevereiro; três para apreciação de vetos presidenciais (a 1.º, 3 e 8 de março).

## Vetos Presidenciais

Pelo Congresso Nacional foram apreciados três vetos presidenciais, a saber:

— ao Projeto de Lei n.º 3.066, de 1953, na Câmara, e n.º 48, de 1954, no Senado, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 100.000,00, para atender às despesas com a realização da 1.ª Exposição Agro-Avícola, no Município de Canoas, Santa Catarina;

— ao Projeto de Lei n.º 265, de 1950, na Câmara dos Deputados e n.º 48, de 1951, no Senado Federal, que cria a Diretoria do Material Bélico da Aeronáutica;

— ao Projeto de Lei n.º 3.808, de 1953, na Câmara dos Deputados e n.º 25, de 1955, no Senado Federal, que modifica a Lei n.º 1.125, de 7 de junho de 1950, referente ao Corpo de Saúde do Exército, na parte relativa ao Quadro de Oficiais Dentistas.

Os dois primeiros que haviam ficado da sessão legislativa anterior eram totais. O último, parcial, abrangendo dois dispositivos.

O Congresso Nacional houve por bem manter o primeiro projeto, que, promulgado pelo Presidente da República, passou a constituir a Lei número 3.426, de 3 do corrente, rejeitando o segundo e os dispositivos vetados do terceiro.

No final desta sessão legislativa foram recebidos mais dois vetos, cuja apreciação ficou para a sessão seguinte, pela impossibilidade de fazer-

se a convocação da sessão conjunta com observância do prazo estabelecido no art. 45 do Regimento Comum

## Reorganizações dos Serviços do Senado

Promulgada no último dia da legislatura anterior a Resolução número 4, de 195, que reestruturou os serviços auxiliares do Senado, esta sendo feita com o devido cuidado, sob a supervisão do Sr. 1.º Secretário, a implantação dos novos serviços.

São esses, Srs. Senadores, os registros que nos pareceu oportuno submeter à consideração da Casa no ato de se encerrar a presente sessão legislativa.

## O SR. PRESIDENTE:

Como sabem os Srs. Senadores, a 1.ª desta sessão precisa ser nesta mesma sessão aprovada, e assim, suspendo a sessão por dez minutos, para que seja providenciada a sua lavratura.

Rogo aos Srs. Senadores que não se retirem da Casa.

(Suspende-se a sessão às 17 hs. e 25 minutos, reabrindo-se às 17 hs. e 30 minutos).

## O SR. PRESIDENTE:

Está re-aberta a sessão. Vai-se proceder à leitura da ata. É lida e aprovada sem debate a ata.

## O SR. PRESIDENTE:

Declaro encerrada a 1.ª Sessão Legislativa Extraordinária da 3.ª Convocação os Senhores Senadores para a Sessão solene de instalação da 3.ª legislatura ordinária, a realizar-se no dia 15 do corrente, no edifício da Câmara dos Deputados.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 hora e 35 minutos).

TRECHO DO DISCURSO DO SENHOR SENADOR VIVALDO LIMA DE 7 DA MARÇO DE 1955 MA PRONUNCIANDO NA SESSÃO SE REPRODUZ POR TER SAÍDO COM ICORREÇÕES.

O SR. VIVALDO LIMA — Podemos fornecer plantas ornamentais, sem nenhum prejuízo para nosso país.

O Sr. Juracy Magalhães — Raras são as árvores nativas do Brasil que integram nossa pauta de exportação. Essenciais à riqueza do Brasil que integram nossa pauta de exportação. Essenciais à riqueza do Brasil, vieram de fora. Temos, assim, o dever de fornecer às outras Nações aquelas árvores que determinarão o bem estar da humanidade.

O SR. VIVALDO LIMA — Desde que não faltem à nossa economia, a fim de que não agravem a situação deficitária do país com importações.

O Sr. Juracy Magalhães — Vossa Excelência não tem razão. Nossa produção é insuficiente para o consumo interno.

O SR. VIVALDO LIMA — Porque não houve incremento da produção. O Sr. Juracy Magalhães — Costa Rica disputo conosco um lugar no mercado internacional. Se não produzimos borracha o suficiente para o consumo interno, que perigo há nesse fato?

O SR. VIVALDO LIMA — Não produzimos borracha suficiente para as nossas necessidades, porque não se fomentou a plantação junto aos seringueiros.

# RESENHA DOS DISCURSOS PRO- NUNCIADOS NO MÊS DE FEVEREIRO.

## Apolônio Sales:

— Em 10 aplaude as medidas a que se refere a Instrução n.º 114 da Superintendência da Moeda e do Crédito (DCN. 16-2-55).

— Em 28 presta solidariedade, em nome de sua bancada, ao Vice-Presidente desta Casa, em virtude de sua renúncia ao mesmo cargo (DCN. 1 de março de 1955).

## Argemiro de Figueiredo:

— Em 14 focaliza o momento político atual (DCN 15-2-55).

## Galvão de Castro:

— Em 28 tece considerações sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 74-54, que dispõe sobre a exata aplicação do artigo 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (DCN. 1 de março de 1955).

## Columba Bueno:

— Em 14 tece considerações sobre a mudança da Capital da República para o Planalto Goiano (DCN. 15-2-55).

## Domingos Velasco:

— Em 15 encaminha a votação e fala, pela ordem, a respeito do Requerimento n.º 80-55, que pede adiamento da discussão do Projeto de Lei do Senado n.º 74-54. (DCN. 16-2-55)

— Em 17 tece comentários sobre o discurso do ex-Ministro Seabra Fagundes na posse do novo Ministro da Justiça, Sr. Marcondes Filho, justificando o seu ponto de vista em relação à política de seu Partido. (DCN. 18 de fevereiro de 1955).

— Em 28 protesta contra a renúncia do Sr. Nereu Ramos à Vice-Presidência do Senado. (DCN. 1-3-55).

## Gomes de Oliveira:

— Em 10 sustenta a tese da União Nacional em relação ao problema da sucessão presidencial. (DCN. 11-2-55).

— Em 17 faz declaração de voto sobre o Requerimento n.º 84-55. (DCN. 18-2-55).

— Em 28 dirige apelo ao Sr. Nereu Ramos para que se manifeste sobre o seu requerimento de renúncia, retirando o mesmo em virtude da solidariedade dos líderes dos diversos Partidos. (DCN. 1-3-55).

## Guilherme Malaquias:

— Em 8 tece considerações sobre o alto custo de vida e a fixação do salário mínimo, reiterando apelo ao Governo no sentido da melhoria do mesmo (DCN. 9-2-55).

— Em 9 ocupa-se dos problemas de previdência social, apelando para o SESC e SESI no sentido de modificarem e atualizarem os órgãos sob suas responsabilidades. (DCN 10-2-55).

— Em 10 protesta contra o fechamento do restaurante dos estudantes, determinado pelo Diretor do SAPS. (DCN. 11-2-55).

— Em 11 felicita o Sr. Presidente da República pela nomeação do Senhor Marcondes Filho para o Ministério da Justiça. (DCN. 12-2-55).

## Juracy Magalhães:

— Em 28, em virtude da renúncia do Sr. Nereu Ramos à Vice-Presidência do Senado, manifesta confiança de seu Partido a fim de que o mesmo Sr. Senador continue exercendo aquele cargo. (DCN. 1-3-55).

## Lima Teixeira:

— Em 9 presta homenagem ao ex-Senador Aloísio de Carvalho e expõe seu ponto de vista sobre os problemas agrários. (DCN. 10-2-55).

— Em 14 critica o regulamento da Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil. (DCN. 15-2-55).

## João de Matos:

— Em 15 focaliza o problema da economia cafeeira. (DCN. 16-2-55).

## Luís Bittencourt:

— Em 28 presta solidariedade, em nome do PTB, ao Vice-Presidente do Senado, em virtude de sua renúncia ao cargo. Na mesma data, encaminha a votação do Projeto de Lei da Câmara n.º 176-54. (DCN. 1-3-55).

## Nereu Ramos:

— Em 2 agradece a honra de ter sido eleito Vice-Presidente do Senado e procede aos trabalhos da Mesa. (DCN. 3-2-55).

— Em 28 renuncia ao mandato de Vice-Presidente do Senado, retirando logo seu requerimento, em virtude das manifestações de solidariedade dos líderes dos diversos Partidos desta Casa (DCN. 1-3-55).

## Onofre Gomes:

— Em 16 focaliza os problemas econômicos detendo-se particularmente no caso do café. (DCN. 17-2-55).

— Em 28 comenta telegrama da Associação Comercial do Ceará sobre o preço da gasolina. (DCN. 5-3-55).

## Paulo Fernandes:

— Em 8 lê o manifesto dos estudantes, aprovado pelo Conselho Nacional da UNE protestando contra a suspensão do festival a se realizar em São Paulo. (DCN. 9-2-55).

— Em 12 congratula-se com o PSD comentando, em seguida, a carta do Sr. Juscelino Kubitschek aos convenionistas daquela agremiação. (DCN. 12-2-55).

## Pedro Ludovico:

— Em 9 discorre sobre o pleito de outubro último em Goiás. (DCN. 10 de fevereiro de 1955).

## Ruy Carneiro:

— Em 28 congratula-se por não ter sido aceita a renúncia do Sr. Nereu Ramos à Vice-Presidência do Senado. (DCN 1-3-55).

## Saulo Ramos:

— Em 15 solicita urgência para o Projeto de Lei da Câmara n.º 201-52. (DCN. 16-2-55).

# Resenha dos Discursos pro- nunciados no mês de feve- reiro.

## A sanção:

Projeto de Lei da Câmara n.º 173, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 195.261.000,00, para ocorrer a despesas com a concessão de auxílio à Cia. Nacional de Navegação Costeira.

Projeto de Lei da Câmara n.º 177, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Tribunal de Contas, o crédito especial de Cr\$ 23.523,00, destinado a ocorrer a despesas com o pagamento de salário-família, ajudas de custo, vencimentos etc.

Projeto de Lei da Câmara n.º 215, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, para auxiliar a reconstrução dos edifícios escolares do Ginásio São Jacó, em Novo Hamburgo, Estado do Rio Grande do Sul.

Projeto de Lei da Câmara n.º 245, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 367.718,10, para atender ao pagamento de gratificação de magistério a professores do mesmo Ministério.

Projeto de Lei da Câmara n.º 11, de 1955, que modifica o art. 1.º da Lei n.º 1.122, de 3-6-1950, que concedeu pensão a Georgina Renner Precht viúva de Eugênio Precht.

Projeto de Lei da Câmara n.º 176, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 192.473,30, para completar o pagamento da quota do imposto de renda aos municípios e referente ao exercício de 1953.

## A promulgação:

Projeto de Resolução n.º 4, de 1953, que concede licença ao Sr. Senador Artur Bernardes Filho para chefiar a Embaixada especial que representará o Governo brasileiro na posse do Conselho de Governo da República Oriental do Uruguai.

## A Comissão de Redação:

Projeto de Decreto Legislativo número 31, de 1953, originário da Câmara dos Deputados, que aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Telêmaco Coriolano Pompei, para a exploração, mediante arrendamento, da usina do preparo de café constituída pelo mesmo Ministério, no município de Muriaé, Estado de Minas Gerais.

Projeto de Lei do Senado n.º 11, de 1954, que dá normas ao gênero dos nomes designativos das funções públicas.

Projeto de Lei da Câmara n.º 239, de 1954, que concede franquia postal e telegráfica a correspondência da Comissão Nacional do Brasil da União Geográfica Internacional, e dá outras providências.

Projeto de Lei da Câmara n.º 254, de 1952, que fixa a composição da Reserva do Exército.

## Aprovados:

(Em 1.ª discussão)

Projeto de Lei do Senado n.º 60, de 1954, que dispõe sobre publicações periódicas ilustradas e publicações destinadas à infância.

## Rejeitados:

Projeto de Decreto Legislativo número 39, de 1954, originário da Câmara dos Deputados, que aprova o contrato celebrado entre a Divisão de Obras do Ministério da Educação e Cultura e o Serviço Social da Indústria, pelo Serviço de Casas Prefabricadas (SECAP), para construção de uma residência "Durabrix", para o Serviço de Assistência Social.

## ATOS DA COMISSÃO DIRETORA

Em cumprimento ao disposto nos artigos 44 e 50 da Resolução n.º 4, de 1 de fevereiro de 1955, resolveu a Comissão Diretora, em reunião de 9 do corrente, proceder ao enquadramento dos funcionários da Secretaria do Senado da seguinte forma:

## CARREIRA DE OFICIAL LEGISLATIVO

### NÍVEL 15

Julietta Galathéa de Novaes.

Dulce Barbosa da Cruz.

Ari Kerner Veiga de Castro.

Aurora de Sousa Costa.

Maria Tavares Barreto Coelho.

Amélia da Costa Côrtes.

Rubens Pinto Duarte.

Clarice Sobral R. Gonçalves.

### NÍVEL 14

Julietta Ribeiro dos Santos.

Edith-Balassim.

Aroldo Moreira.

Paulo Lisboa Barbosa.

Itália Cruz Alves.

Aurea de Barros Régio.

José Geraldo da Cunha.

Micélio dos Santos Andrade.

Aderbal Távora de Albuquerque.

### NÍVEL 13

Arlene de Medeiros Alvim.

Francisco Soares Arruda.

Elza José Muniz de Melo.

Eurico Costa Macêdo.

João Alfredo Rávaco de Andrade.

Irene Macedo Ludolf.

Nair Brown.

Dinorá Correia de Sá.

Nair Cardoso.

Gilda Leal Costa.

### NÍVEL 12

Arlene Bretas do Nascimento.

Maria do Carino R. Ribeiro Saraiva.

Ronilda Duarte.

Marina Pinto Amando.

Claudia Adda Passerini.

Erzila Luiza de Sousa Mendonça.

Cirene de Freitas Ferreira.

Leopoldina Ferreira Neves.

Marieta Jac de Oliveira.

Luís do Nascimento Monteiro.

### NÍVEL 11 (\*)

Marion Austregaillo de Ataíde.

Stela Reis de Mendonça.

Amélia de Figueiredo Melo Viana.

Elza Gallotti Schroeder.

Benedita Pinto Arruda.

Isnard Sarres de A. Melo.

Maria de Maracajá Daltro.

Almerinda Viana Baker.

Adalgisa de Vasconcelos G. Lima.

Eulália Chrochatt de Sá.

Renato de Almeida Chermont.

José Soares de Oliveira Filho.

Armandina José Vargas.

Elza Flores da Silva.

Lia Pederneras de Faria.

Natércia Silva de Sá Leitão.

Cecília Braconi e Castro.

Rosa Batista de Miranda.

Diva Gallotti.

Cecília de Rezende Martins.

Alva Lirio Rodrigues.

Georgeta Kuntz.

Léila José da Silva Pinheiro.

Helena Salvo Lagoeiro.

Luzia Jeanne M. Lisboa Robichez.

João Batista Castejon Branco.

Bibiana Ferreira de Paula.

Ili Braga Rodrigues.

(\*) 35 são considerados excedentes no Nível.



Miriam Côrtes Greig.  
Edson Ferreira Afonso.  
Deolinda Maria Peixoto Braga.  
Ercília Cruz da Fonseca.  
Ana Augusta D. da C. Amazonas  
Pedro de Carvalho Muller.  
Maria Riza Batista Dutra.  
Lia Henriques Fernandes.  
Leileh de G. Cardoso Tôrres.  
Dirno Jurandir Pires Ferreira.  
Ivone Régio de Miranda.  
Neuza Rita Perácio Monteiro.  
Carlos Gustavo Schmidt Nabuco.  
Elza Alves Tavares.  
Adahv Barborema de Castro.  
Eleonina Martinez Silva.  
Jorge de Oliveira Nunes.  
Maria de Lourdes Oliveira Rodrigues.  
Raimunda Pompeu de S. Magalhães.  
Maria Luiza Müller de Almeida.  
Lia Oscar da Cunha.

Francisco de Assis Ribeiro.  
Durval Sampaio Filho.  
Odenegue Gonçalves Leite.  
Rui Ribeiro Cardoso.  
Lêda Fialho da Silva.  
Ecla da Cunha Brêa.  
Carmen Lúcia de H. Cavalcanti.  
Eurico Jaci Auler.  
Maria Cherubina Costa.  
Sebastião Veiga.  
Branca Lirio Lima.  
Mari de Faria Albuquerque.  
Célia Tereza Assunção.  
Romildo Fernandes Gurgel.  
Manuel Viríssimo Ramos.  
Cláudio Ideburque C. Leal Neto.

CARREIRA DE TAQUIGRAFO

NIVEL 15

Aleinda Trivelino.  
Elena Simas.

Laura Bandeira Acioli.  
Laura Bandeira Acioli.  
Eth Vieira Kritz.  
Terezinha de Melo Boban.  
NIVEL 14  
Maria dos Santos C. de Casarc.  
Vera Moreira Ericson.  
Joaquim Correia de Oliveira Andrade.  
Antônio Guimarães Santos.  
Beatriz Brandão Brigido.  
Irene Stela Homem da Costa.

NIVEL 13

Julietta Lovatini.  
Maria Reis Joseti.  
Maria Tereza Fernandes Andrade.  
José Euvaldo Peixoto.  
Dalva Ribeiro Vleira.  
Celina Ferreira Franco.

NIVEL 12

Acy Fanaia de Arruda.  
Aurea Diniz Gonçalves.

Maria Aparecida J. Silveira Reis.  
Elza Freitas Portal e Silva.  
Secretaria do Senado Federal, em 9 de março de 1955.

ACTOS DO SR. DIRETOR GERAL

O Sr. Diretor Geral tendo em vista o pedido de reconsideração de despacho, solicitá-lo por Aristhoteles Secretaria n. 6, de 3 de fevereiro próximo Classe "I," e de acordo com a intimação, resolve transferir Elza Gallotti Schroeder, Oficial Legislativo, Classe K, da Diretoria de Contabilidade a da Ata.

PORTARIA N.º 27 DE 8 DE MARÇO DE 1955.

O Diretor Geral, no uso de suas atribuições, resolve transferir Elza Gallotti Schroeder, Oficial Legislativo, Classe K, da Diretoria de Contabilidade a da Ata.

Secretaria do Senado Federal, em 8 de março de 1955. — Luiz Nabuco, Diretor Geral.